



**O IMPACTO DO CONFLITO CONJUGAL NOS FILHOS E OS BENEFÍCIOS DA
TERAPIA DA FAMÍLIA COM AS CRIANÇAS: UM ESTUDO DE CASO**

Juliana Salum de Oliveira Molinari

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Crepaldi

**Florianópolis
2007**

**O IMPACTO DO CONFLITO CONJUGAL NOS FILHOS E OS BENEFÍCIOS DA
TERAPIA DA FAMÍLIA COM AS CRIANÇAS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico para obtenção do grau de especialista em Terapia Familiar e de Casal.

Juliana Salum de Oliveira Molinari

Orientadora: Dra. Maria Aparecida Crepaldi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
OBJETIVOS.....	4
Objetivo Geral:.....	4
Objetivos Específicos:.....	4
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
Divórcio no ciclo de vida da família	5
Fases da separação/divórcio	6
Dificuldades de casar e descasar.....	10
A família pós-separação e os filhos.....	14
O efeito do divórcio nos filhos: estudos e considerações.....	20
Terapia de famílias com crianças.....	22
MÉTODO	25
- Caracterização do estudo:	25
- Participantes:.....	25
- Equipe terapêutica:.....	25
- Procedimento:.....	25
- Considerações Éticas:	26
RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
A família – motivo da terapia.....	27
O processo terapêutico	27
Hipóteses e planejamento terapêutico	27
Sessão inicial: da queixa à demanda	28
Segunda sessão: aquela em que aparece o problema do ex-casal e da indefinição.....	29
Terceira sessão: aquela em que o pai vem inesperadamente	30
Sessão da chave como metáfora	31
Sessão que mostra a falta de limite e riscos para as crianças	34
Sessão em que os filhos tentam resolver o problema pela mãe.....	36
Sessão da bola de cristal.....	38
Penúltima sessão: aquela em que Maria está tratando da reconciliação dos pais	39
A sessão de encerramento	40
Avaliando o processo terapêutico: resultados e mudanças.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Em muitos casos de famílias que procuram terapia por problemas com os filhos tem sido identificadas situações de dificuldades relacionais que acabam sendo refletidas no comportamento da criança. Os acontecimentos e mudanças que ocorrem na família, principalmente as que geram estresse, influenciam o comportamento de seus membros podendo inclusive desencadear a manifestação de sintomas. Os trabalhos de diversos autores, como Ahrons (1994), Kaslow e Schwartz (1995), Peck e Manocherian (1995), Gottman e DeClaire (2001), Dessen e Braz (2005), apontam para a existência de inter-relações entre as relações conjugais e parentais e sua influência no desenvolvimento da criança e da família, com destaque para as associações do conflito conjugal e o aparecimento de sintomas comportamentais em crianças.

Ao longo do seu ciclo vital a família passa por diversos períodos de crises, tanto previsíveis quanto não previsíveis e essas crises têm repercussões variadas no sistema familiar e nos filhos. A separação conjugal ou divórcio é considerada uma crise não-previsível e costuma alterar profundamente a organização da família, com impacto emocional em todos os níveis geracionais. Em muitos casos a crise da separação pode trazer prejuízos emocionais para os filhos conforme se estabelece a relação do ex-casal.

A idéia desse trabalho nasceu da experiência de atendimento de uma família cujos pais estavam separados, que procurou terapia por causa de problemas de comportamento do filho mais novo. O menino de 8 anos, que tinha uma irmã de 12, apresentava agitação e falta de concentração na escola, tendo sido encaminhado para avaliação em um centro especializado em desenvolvimento infantil e de lá para terapia familiar. No processo terapêutico logo ficou evidente a existência de conflitos entre os ex-cônjuges e a influência dessa situação nos filhos. Tratava-se de uma família pós-divórcio que aparentemente não tinha vivido as fases da separação, ficando evidente a repercussão sobre as crianças, já que a filha mais velha ocupava um papel parental, o filho sofria com a confusão e apresentava sintomas, como agitação e agressividade, e os pais não apresentavam recursos para organizar a rotina das crianças e estabelecer limites, necessários para promover o desenvolvimento delas.

Assim, considerando a necessidade de se compreender melhor no âmbito da terapia familiar as influências dos conflitos conjugais e familiares sobre os filhos e de se demonstrar os benefícios e as possibilidades da terapia da família com as crianças, esse trabalho visa responder às seguintes perguntas:

Como se evidencia a influência do conflito conjugal sobre os filhos e qual é a importância da participação das crianças na terapia familiar?

Acredita-se que as evidências levantadas no estudo desse caso possibilitarão uma compreensão ampla da dinâmica familiar e do processo terapêutico vivenciado e que esses dados possam contribuir com a produção de conhecimento na área da terapia familiar.

Assim, consideramos esse estudo importante para evidenciar, através de exemplos concretos, como a situação familiar e conjugal influencia o comportamento das crianças e também para contribuir apresentando as possibilidades de trabalho com a inclusão das crianças na terapia familiar.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar a influência do conflito conjugal sobre os filhos de uma família com pais separados e a participação das crianças na terapia familiar.

Objetivos Específicos:

- Identificar elementos que demonstrem as influências do conflito conjugal nos filhos;
- Investigar os benefícios da terapia familiar com as crianças;
- Investigar como as crianças participam do processo terapêutico;
- Investigar os benefícios trazidos pela terapia para os membros da família;
- Identificar as mudanças ocorridas na família ao longo do processo terapêutico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Divórcio no ciclo de vida da família

A separação ou divórcio¹, diante da compreensão da família focada no ciclo de vida, é uma interrupção ou deslocamento nesse ciclo, produzindo um forte desequilíbrio que está associado a mudanças, perdas e ganhos em todo o grupo familiar (Carter & McGoldrick, 1995).

O divórcio afeta os membros da família em todos os níveis geracionais, na família nuclear e ampliada, provocando uma crise para o sistema assim como para cada indivíduo dentro da família (Peck & Manocherian, 1995).

Visto como uma crise transicional, o divórcio força a interrupção das tarefas desenvolvimentais a serem negociadas na fase específica do ciclo vital que a família está passando, trazendo uma série de ajustamentos relativos à separação e lançando a família num estado de desequilíbrio até que ocorra uma restabilização (Peck & Manocherian, 1995).

De acordo com Peck e Manocherian (1995), apesar da alta prevalência de divórcios, poucos cônjuges estão preparados para o forte impacto físico e emocional decorrente desse processo. Grandes ajustes precisam ser feitos nos níveis emocional e prático e muitos fatores inter-relacionados vão influenciar a resposta dos envolvidos. Segundo os autores, a ausência de apoio ou orientação da sociedade em geral para a família que vive o processo de divórcio aumenta as dificuldades.

Ahrons (1994) também chama a atenção para a falta de apoio e de modelos sociais que ajudem as famílias a enfrentar o divórcio e chama de “divorcismo” o preconceito que ainda existe fortemente contra as famílias divorciadas.

Cigoli (2002) fala do divórcio com foco na noção de vínculo. Segundo o autor, o divórcio traumatiza todas as áreas do vínculo – as relações internalizadas, o pacto conjugal, as relações familiares, de amizade e sociais – sendo, portanto, um acontecimento intra-psíquico, conjugal, familiar e social.

Do ponto de vista da teoria dos vínculos, a visão do divórcio como crise previsível e normal no ciclo de vida familiar, compartilhada por alguns autores, é reducionista e enganosa (Cigoli, 2002).

O que parece consenso entre os autores é que o divórcio tem forte impacto e traz diversas dificuldades para a família como um todo até que ela possa se reestruturar.

Ahrons (1994) fala do “bom divórcio” e menciona a possibilidade de manejo positivo do divórcio, sem que ele tenha que ser desastroso ou destruturante. A autora procura “normalizar” as famílias de divorciados, colocando-as em pé de igualdade com as famílias nucleares e, como forma

¹ Os termos divórcio e separação serão utilizados indistintamente, significando o fim de uniões entre parceiros em geral.

de protestar contra as concepções negativas que carregam a linguagem a respeito dessas famílias, decide não hifenizar em seu trabalho os termos como “*excônjuge*”, “*exparceiro*”, etc.

Cigoli (2002) também aponta para essa possibilidade do divórcio ser positivo ao afirmar que, uma vez enfrentado e manejado, o trauma do divórcio é capaz de produzir transformações na identidade e abrir para a pessoa novos espaços afetivos.

Por outro lado, conforme apontam Carter e McGoldrick (1995), as questões emocionais não resolvidas nesse período podem paralisar as famílias e continuar como obstáculos para o desenvolvimento de relacionamentos futuros.

De acordo com Ahrons (1994, p. 16) “o divórcio não é uma coisa que se faça e que termine. Vive-se o divórcio pelo resto da vida, a menos que a pessoa viva casada por um período curto e não tenha filhos”.

Fases da separação/divórcio

Devido a todos os ajustamentos necessários durante o processo, o período de separação acaba sendo bastante longo e compreende tanto o tempo que vem antes da separação propriamente dita, quando surgem o pensamento e a vontade de separar no casal, passando pelo divórcio em si, até a fase posterior, quando as pessoas refazem suas vidas (Nazareth, 2004).

Diversos autores apontam que o processo de ajustamento ao divórcio ocorre em estágios (Ahrons 1994; Carter e McGoldrick, 1995; Peck & Manocherian, 1995; Nazareth, 2004), durante um período de dois a três anos, começando com a fase de pré-decisão e terminando com o estabelecimento de uma homeostase na nova família de progenitor sozinho ou com o recasamento.

Nazareth (2004) aponta três fases do processo de separação:

A *fase aguda* corresponde à fase pré-separação, incluindo a insatisfação de um ou dos dois parceiros com a relação, na qual estão presentes sentimentos ambivalentes, instabilidade e insegurança.

A *fase transitória* é a da separação propriamente dita, quando a relação se desfaz. É um período muito difícil e trabalhoso, demandando grande esforço de todos (pais e filhos), no qual toda a família passa por turbulências. Há a necessidade de reestruturar quase tudo na vida, com a saída de um dos cônjuges, às vezes mudança de residência, além da queda no padrão econômico da família.

Por fim, a *fase do ajuste* é quando há a aceitação de que a decisão é irreversível, surgindo a possibilidade de um novo começo de vida a partir da cicatrização das feridas.

Segundo a compreensão de Carter e McGoldrick (1995), as famílias em que ocorre um divórcio passam por uma ou duas fases a mais em seu ciclo de vida. Como principais fases do divórcio, as autoras citam:

- 1) A decisão de divorciar-se;
- 2) O planejamento da separação;

- 3) A separação;
- 4) O divórcio.

Em seu trabalho, as autoras abordam as características do processo de transição para cada fase e as principais questões desenvolvimentais. Além disso, mencionam o processo emocional da família no divórcio e pós-divórcio como um gráfico tipo montanha russa, que inclui os seguintes pontos de transição, acompanhados de picos de tensão emocional:

- 1) A decisão de separar-se ou divorciar-se;
- 2) O anúncio da decisão à família e aos amigos;
- 3) A discussão dos arranjos financeiros e de custódia/visitação dos filhos;
- 4) A separação física;
- 5) O divórcio legal;
- 6) Os contatos entre os ex-cônjuges para conversar sobre dinheiro ou os filhos;
- 7) Eventos na vida dos filhos: formatura, casamento, doença, etc.;
- 8) Novos casamentos, mudança, doença ou morte de um dos cônjuges.

Os picos de tensão emocional não acontecem necessariamente nessa ordem e muitos se repetem durante meses ou anos (Carter e McGoldrick, 1995).

Kaslow e Schwartz (1995) mencionam como as três etapas principais do processo de divórcio:

- 1) *Pré-divórcio* – época de deliberação e desespero;
- 2) *Durante o divórcio* – época de envolvimento legal;
- 3) *Pós-divórcio* – época de exploração e reequilíbrio.

As autoras dividem ainda essas etapas em outras, integrando modelos de outros autores no que chamam de “modelo dialético das etapas do processo de divórcio”.

Assim, fazem parte do modelo das autoras as estações de Bohannon (1973, citado por Kaslow e Schwartz, 1995): 1) *divórcio emocional*; 2) *divórcio legal*; 3) *divórcio econômico*; 4) *divórcio co-paterno e os problemas de custódia*; 5) *divórcio da comunidade e os problemas da solidão* e 6) *divórcio psíquico*; e as etapas de Kessler (1975, citado por Kaslow e Schwartz, 1995): *etapa I – desilusão*; *etapa II – erosão*; *etapa III – desligamento*; *etapa IV – separação física*; *etapa V – luto* e *etapas VI e VII*. As autoras mencionam ainda em seu modelo os principais sentimentos de cada fase e as respectivas ações e tarefas e intervenções terapêuticas.

Ahrons (1994) conceitua o divórcio como uma transição não programada que pode ocorrer em qualquer momento do ciclo de vida. A autora identifica cinco processos ou fases que formam a transição do divórcio:

- 1) *A decisão* (inicialmente designada pela autora como *cognição individual*);
- 2) *O anúncio* (inicialmente designado como *metacognição familiar*);
- 3) *A separação* (inicialmente, *separação sistêmica*);
- 4) *O divórcio formal* (inicialmente, *reorganização sistêmica*);

5) As *consequências* (inicialmente, *redefinição familiar*).

As três primeiras transições formam o núcleo do divórcio emocional e nelas ocorrem as perturbações mais dolorosas, caracterizando-se por ambivalência, incerteza, lutas de poder, exames de consciência e estresse (Ahrns, 1994).

A *decisão* é o estágio em que um dos cônjuges começa a questionar seus sentimentos em relação ao companheiro e considera a possibilidade de separação, iniciando a despedida emocional. A pessoa que inicia a tomada de decisão é chamada de “desertor” e o outro cônjuge de “abandonado”. Embora desertor e abandonado experimentem sentimentos bastante distintos, esse é um período de grande estresse para todos. Negar, projetar e evitar são maneiras comuns de enfrentar a crise. Muitas vezes os desertores tentam fazer com que o outro assuma o papel e casos extraconjugais podem servir para apressar a decisão. Ambos os cônjuges estão machucados e precisam se proteger e ambos vão ter que criar para si e para os outros uma versão do rompimento, pois todos vão precisar de razões e explicações. Então após meses ou anos de estresse, a sobrecarga do sistema chega ao ponto de ruptura e aproxima-se o momento do anúncio da decisão (Ahrns, 1994).

O *anúncio* também não é uma tarefa fácil e, às vezes, cria uma oportunidade para melhorar o casamento, caracterizando-se por um pedido de ajuda. Assim, o anúncio tanto pode ser o caminho direto para a separação e divórcio; uma oportunidade de melhorar a relação ou pode ser o primeiro passo de uma série emaranhada de confrontações e reconciliações. Aqui também há diferença marcante nos sentimentos dos desertores e abandonados. Enquanto os últimos experimentam choque, mágoa, indignação e raiva, os primeiros mencionam um longo e doloroso processo de despedida e se sentem culpados. As decisões tomadas desde cedo no processo vão afetar o ajustamento emocional de toda a família e para evitar uma crise grave é preciso grande paciência, maturidade e honestidade de ambos os parceiros, sendo importante não agir com precipitação e poder conversar sobre as mudanças que estão por vir. Facilitar a transição do anúncio para a separação, minimizando as crises, exige tempo e um bom manejo da raiva e de outros tantos sentimentos por parte dos parceiros, para processar o que está acontecendo e planejar a separação física (Ahrns, 1994).

O momento da *separação* é um evento marcante que os divorciados dificilmente esquecem. Geralmente este é um momento muito difícil para toda a família e todos o experimentam como grande desorganização, quando faltam normas, os velhos papéis e rotinas desaparecem e ainda não foram estabelecidos os novos. Há muita ambivalência nesse período e por isso, especialmente quando há crianças envolvidas, é preciso um planejamento cuidadoso das mudanças necessárias. Muitas vezes é nesse momento que as crianças compreendem pela primeira vez o que está acontecendo, mesmo que tenham desconfiado ou temido isso já há algum tempo. Partidas bruscas geralmente provocam crises graves, gerando confusão, incerteza e raiva. Os parceiros têm o desafio

de fazer uma boa administração da crise e estabelecer fronteiras adequadas. A boa administração inclui conhecer e preparar-se para as transições do divórcio, evitar crises desarmando a tensão e dar tempo suficiente para que todos se ajustem. As fronteiras são as regras que determinam a interação dos parceiros e deles com os filhos, incluindo novas regras, papéis e rituais. O casal separado precisa descobrir maneiras de reduzir a intimidade e aumentar corretamente a distância, pois não há regras específicas sobre quanto as fronteiras devem ser rígidas ou flexíveis, isso vai depender de cada relacionamento e das necessidades de cada família (Ahrns, 1994).

Quando as expectativas diferem e as fronteiras são vagas, forma-se um ambiente propício a conflito e raiva. Quanto melhor os parceiros puderem definir esses limites ao relacionamento, menos provável é que terminem desapontados, porque o outro não atendeu a alguma necessidade que era antes parte do casamento (Ahrns, 1994 p.149).

Essas três primeiras transições, que formam o núcleo do divórcio emocional são turbulentas e trazem os sentimentos de apego, a ambivalência sobre a decisão e a incerteza sobre o futuro, exigindo muita paciência, maturidade e criatividade dos que as atravessam. O bom divórcio exige o desapego de alguns aspectos do relacionamento e a conservação de outros, o que implica administrar o conflito, tolerar as diversas emoções e definir pouco a pouco fronteiras ambíguas (Ahrns, 1994).

Mesmo sofrendo a dor das primeiras transições, casais podem preparar os alicerces de um bom divórcio. Podem começar a identificar o lugar para onde se dirigem e começar a entender que parte desse apego ao passado se deve à insegurança e ao desejo de evitar a mudança (Ahrns, 1994 p. 101).

De acordo com Ahrns (1994), uma importante tarefa dos cônjuges durante a separação, quando há filhos, é a constituição de uma *família binuclear*, através do estabelecimento do que a autora chama de *sociedade limitada*, de forma semelhante a uma sociedade comercial, definida por um conjunto de regras combinadas entre dois adultos, já que os laços de paternidade permanecem apesar do rompimento dos laços conjugais. O objetivo principal é a manutenção dos relacionamentos dos filhos com ambos os pais e com a família ampliada, o que exige dos pais criarem uma estrutura tão aceitável quanto possível diante da realidade social e suficientemente flexível para atender às necessidades dos membros da família, sendo baseada nos melhores interesses das crianças. Ahrns (1994) aponta para a importância de se estabelecer as regras da sociedade limitada antes do divórcio legal, não confundindo com as decisões sobre guarda dos filhos, que serão validadas posteriormente.

Quando chega o momento do *divórcio formal*, este pode ser tão emocional quando as três primeiras transições, mas não tem que ser assim. Essa etapa pode ser mantida dentro dos limites necessários para encerrar legalmente o contrato matrimonial de uma maneira justa e equitativa. Enquanto a separação física é considerada o grande terremoto, o divórcio legal é uma série demorada de tremores secundários, mas que continuam a abalar fortemente os envolvidos. Essa etapa trata de uma série de ações e documentos que vão formalizar acordos como guarda dos filhos,

pensão, partilha de bens, etc. Entretanto, as coisas materiais podem adquirir importância emocional em função da dor da separação, trazendo uma raiva cada vez maior, sofrimento a longo prazo, estragos psicológicos para os filhos, etc. O divórcio legal é uma experiência nova, indesejada e muito complicada para a maioria das pessoas, mas os envolvidos podem assumir o controle, cercar-se de auxílio e das informações necessárias e administrá-lo de forma a minimizar os impactos negativos sobre todos. As três regras de ouro para facilitar essa transição são: concessões mútuas, flexibilidade e reconhecimento (Ahrns, 1994).

A transição das *consequências*, também chamada a *segunda colheita do divórcio*, satura a vida durante anos, pois mesmo muito tempo após o divórcio a família continuará sendo uma “família binuclear pós-divórcio”. Esse estágio é um pouco diferente dos demais, pois durará para o resto da vida e se volta mais para o futuro do que para o passado, trazendo novas esperanças, novas possibilidades e novos problemas. Os novos casamentos são os pontos sensíveis importantes dessa nova fase, quando todos os membros da família terão que se reajustar, enfrentando mudanças estruturais e alterações nos relacionamentos (Ahrns, 1994).

Para Ahrns (1994) o divórcio é uma experiência complexa e individual que não possui regras simples e claras. Nele ocorrem situações mutáveis de separação e reunião, mal-entendidos e entendimentos, além de mudanças diversas de papéis, regras e rituais. Os eventos marcantes deflagram alguns sentimentos comuns e previsíveis nos envolvidos. A autora chama essas transições de pontos de crise, pois em cada um desses momentos a situação pode irromper uma crise de grande escala.

Dificuldades de casar e descasar

A divisão do processo de divórcio em estágios pode ser didática, facilitar a compreensão e contribuir para a intervenção, mas o processo em si não tem nada de simples ou didático, como temos visto, muito pelo contrário!

As emoções comuns ao período do divórcio relacionam-se à elaboração do chamado divórcio emocional, ou seja, a recuperação do eu em relação ao casamento desfeito. Cada um dos ex-cônjuges deve recuperar esperanças, sonhos, expectativas e planos investidos nesse casamento, o que requer luto pelo que foi perdido e o manejo de sentimentos como mágoa, raiva, culpa e vergonha (Carter & McGoldrick, 1995).

Como mencionado anteriormente, Ahrns (1994) também utiliza o termo divórcio emocional e afirma que, para a maioria das pessoas, acabar um casamento é a decisão mais traumática que se pode tomar, quando as maneiras habituais de enfrentar as dificuldades provavelmente não funcionarão.

“Como quer que aconteça, o divórcio é doloroso. Seja você velho ou moço, homem ou mulher, rico ou pobre, o desertor ou o abandonado, a separação desorganiza, perturba e é extraordinariamente estressante” (Ahrons, 1994, p.97).

Na opinião de Brown (1995 p.324),

um divórcio emocional completo jamais será possível, especialmente quando há filhos envolvidos. Na medida em que precisamos lidar com um ex-cônjuge, antigas conexões e reações emocionais são novamente despertadas. Entretanto, é essencial trabalhar o processo de tornar-se menos reativo, em termos emocionais, ao comportamento do ex-cônjuge, e eventualmente obter uma visão do casamento e do divórcio que não culpe o cônjuge por tudo, nem torne a pessoa uma vítima inocente. Para um divórcio emocional adequado, é necessário reaver do casamento o senso de eu e os objetivos pessoais de vida, e reinvestir essas expectativas no próprio eu.

Transições, de modo geral, são períodos decisivos que marcam o início de algo novo ao mesmo tempo em que implicam no fim de algo conhecido. São ocasiões em que nos tornamos mais vulneráveis mas, paradoxalmente, são grandes oportunidades de crescimento. As transições ligadas ao desenvolvimento biológico, tratam de sentimentos e experiências descritas como comuns e que, portanto, são normalizadas. Já o divórcio, como transição não programada, ainda é de difícil normalização (Ahrons, 1994).

Embora existam numerosos rituais que ajudam a pessoa a casar, receber um recém-nascido, começar a trabalhar em um novo emprego, ou aposentar-se, não há rituais socialmente aceitos para marcar o fim de um casamento, o anúncio de um divórcio (Ahrons, 1994, p.90).

Segundo Kaslow e Schwartz (1995), para que as pessoas alcancem intimidade emocional e sexual, devem antes ter uma visão ampla da própria identidade, ou seja, para que um casamento seja sólido, saudável e íntimo, os cônjuges precisam ter alcançado conhecimento de sua própria identidade e seu valor, para poder respeitar e apreciar a integridade do parceiro. O divórcio seria então a necessidade de redefinir a própria identidade e talvez preencher desejos de intimidade através de outro parceiro.

De acordo com Fedullo (2001), o divórcio pode se caracterizar de duas formas: como um processo de separação sentido como parte natural do ciclo vital ou como um processo de ruptura e abandono do vínculo marital e/ou do vínculo parental. “Nos processos de separação pode-se elaborar perdas, viver os vazios e ampliar a experiência, enquanto nos processos de ruptura o tempo fica paralisado, o vazio é negado e ficam o abandono e o sistema familiar enrijecidos” (Fedullo, 2001, p.134).

Durante o processo de separação e divórcio, ou mesmo após sua conclusão, muitos casais permanecem em disputas intermináveis, envolvendo muitas vezes o sistema judicial (Kaslow e Schwartz, 1995; Vainer, 1999; Bernard et al., 2002).

No campo do direito, os pedidos de custódia dos filhos ou recursos para mudá-los escondem um tipo de vínculo de cônjuges que não conseguiram parar de sonhar que o outro ou a relação vai mudar. “O efeito disso é uma discórdia permanente – que atesta, por outro lado, a manutenção do vínculo a qualquer custo” (Bernard et al., 2002 p. 201-202).

Segundo Vainer (1999), quando a separação emocional não acompanha a separação legal ou alguma das partes não superam as perdas, elas podem encontrar no sistema jurídico uma possibilidade de negação ou perpetuação do vínculo rompido e lançam mão dos mais diversos recursos para tentar atacar ou segurar um ao outro.

Kaslow e Schwartz (1995) também apontam que em alguns casos, a falta de vontade de resolver problemas, como a guarda dos filhos, por meio da negociação, pode refletir um esforço por parte de um dos cônjuges para manter o laço conjugal, embora a ligação já tenha assumido conotações negativas.

Ao abordar o período do divórcio formal, conforme visto anteriormente, Ahrons (1994) afirma que ele pode ser tão emocional quanto as outras fases, pois tende a reacender lutas não resolvidas e algumas disputas arrastam os cônjuges de volta ao passado. Assim, o processo legal pode jogar mais combustível na fogueira. Estão presentes a raiva mútua e a necessidade de atribuição de culpa.

A raiva, tão presente nos conflitos dos casais, muitas vezes é usada para disfarçar sentimentos profundos de tristeza e perda. Geralmente os casais tendem a se concentrar em uma determinada questão que acaba indicando que estão presos nas emoções das transições anteriores e, muitas vezes, essa questão é a guarda dos filhos. Aí engajam-se numa luta de poder, que não será capaz de resolver o que ficou sem solução desde o fim do casamento, e que pode criar danos irreparáveis a longo prazo para as famílias e, especialmente, as crianças (Ahrons, 1994).

No período pós-divórcio, algumas pessoas aproveitam para a exploração de seu mundo interno e também do ambiente externo, realizando novas atividades, retomando antigos interesses, construindo relacionamentos, etc. Para outras, esse período continua sendo uma fase prolongada de depressão reativa, permeada por uma fúria incontrolável, desejo de vingança e sensações de desesperança e desamparo. Aqueles que se encaixam nesta categoria tem maior tendência a aborrecer seus ex-cônjuges, tentar influenciar os filhos contra o outro, sentir pena de si mesmos e ficar sem saída diante do divórcio, considerando-o o acontecimento mais crítico de sua vida (Kaslow e Schwartz, 1995).

Para compreensão desse tipo de relacionamento, baseado na manutenção de um conflito inesgotável, é útil a utilização do conceito de *colusão*, desenvolvido por Jürg Willi (1978, citado por Vainer, 1999).

A colusão seria um jogo conjunto inconsciente utilizado pelos cônjuges como forma de possibilitar a repetição do conflito na relação, imobilizando e buscando imobilizar o outro no que

seria a situação neurótica de base. Esse jogo conjunto é desenvolvido desde a escolha do parceiro, já que o casal em formação encontra uma identificação inconsciente, projetando no outro suas próprias dificuldades. Assim há a formação de um inconsciente comum que une dois indivíduos, que depositam um no outro a esperança de serem curados das próprias frustrações da primeira infância e libertados dos temores culpas das relações anteriores (Vainer, 1999).

Segundo Vainer (1999) o conceito de colusão é muito importante na compreensão de como se processa a relação da dupla marital e os conflitos relativos à separação. Com a leitura através do prisma desse conceito, é possível perceber a co-responsabilidade de cada cônjuge na manutenção dos conflitos, tanto emocionalmente como juridicamente. Assim pode-se compreender que “não há culpados ou vítimas numa relação ou em sua ruptura, mas apenas co-responsáveis, ainda que involuntariamente, na manutenção de conflitos não resolvidos ao longo de suas vidas” (Vainer, 1999, p. 58).

Cigoli (2002) também aborda essa questão apontando duas dimensões do rompimento do pacto conjugal: a ruptura da declaração de compromisso (formal, consciente) e do pacto secreto (necessidades comuns inconscientes).

Muitos casais dissolvem o pacto no nível do compromisso e não conseguem fazê-lo no nível do pacto secreto, caracterizando o que o autor chama de *vínculo desesperador*. Ele pode assumir várias formas, desde aquela em que um dos cônjuges não consegue deixar de ter esperança na ligação até aquela na qual um procura tirar o outro do caminho, eliminar, destruir, tentando anular e renegar a história (Cigoli, 2002).

O aspecto paradoxal do divórcio, que explica parte de suas dificuldades, é o fato dele ser uma tarefa conjunta pois, se é a dois que se firma o pacto, são dois para dissolvê-lo (Cigoli, 2002).

Assim, podemos compreender que, embora esse seja o desejo de muitos casais,

não há o fim-desaparecimento; há, isto sim, o fim-passagem. Não é possível sair do vínculo anulando-o, apesar de muitos continuarem a buscar e a desejar desesperadamente isso; é possível, porém, separar-se dele, no sentido de reconhecê-lo pelo que foi e é, sabendo ao mesmo tempo rever seu valor e renovando a esperança nele (Cigoli, 2002 p.179).

Em seu trabalho, ao falar da formação da família binuclear após o divórcio, Ahrons (1994) aponta para a importância do envolvimento de ambos os cônjuges para que de fato se consiga um bom divórcio, com a transformação da antiga família nuclear na nova, binuclear. Assim o vínculo parental e familiar permanece após a separação.

A autora realizou um estudo com 98 pares de ex-cônjuges a partir do qual construiu “tipologias”, criando quatro grupos que representam os modelos de relacionamento dos ex-cônjuges após o divórcio. Um ano após o divórcio, uma pequena parte dos parceiros (12%) tinham um relacionamento que se enquadrava na categoria denominada *amigos perfeitos*, sendo considerados altos

interatores e altos comunicadores. Esses casais conversavam entre si, tinham confiança mútua e se ajudavam como amigos e tinham arranjos de guarda comum dos filhos (Ahrns, 1994).

A maioria dos casais do estudo (38%) se enquadraram na tipologia *colegas cooperadores*, sendo considerados moderados interatores e altos comunicadores. Esses pares não se consideravam amigos íntimos mas cooperavam muito bem nas questões de interesse dos filhos. Tinham áreas de conflito mas administravam bem e procuravam separar as questões do relacionamento conjugal do relacionamento como pais (Ahrns, 1994).

A terceira tipologia era dos *companheiros zangados* (25% do total), que corresponde aos pares considerados moderados interatores e baixos comunicadores. Esses casais ficavam enfurecidos em quase todas as ocasiões em que se comunicavam e não conseguiam manejar a raiva, mostrando-se tensos e hostis (Ahrns, 1994).

O último grupo era o dos *inimigos ferozes* (25% do total), baixos interatores e baixos comunicadores, que raramente interagem e quando isso acontecia a conversa sempre terminava em briga. Esses são os pares que não conseguiam negociar bons arranjos para os filhos e que frequentemente se engajavam em batalhas judiciais por vários anos. Embora fossem os primeiros a negar isso, os inimigos ferozes eram ainda muito apegados um ao outro (Ahrns, 1994).

Apesar de não estar presentes em sua pesquisa, a autora menciona ainda uma outra categoria, dos *duetos dissolvidos*, na qual se enquadrariam os ex-cônjuges que suspendem inteiramente o contato (Ahrns, 1994).

A família pós-separação e os filhos

Sendo o divórcio um período de crise que afeta todos os membros da família em todos os níveis geracionais, não há dúvidas que terá forte efeito sobre os filhos do casal que vive esse processo. Como afirma Cigoli (2002, p. 178), “certamente, os filhos não são ‘separáveis’ do destino do pacto de casal”.

Conforme salienta Nazareth (2004), uma separação não acaba com a família, mas a transforma. Após o divórcio, o que deixa de existir é a família nos moldes anteriores à separação, composta usualmente por pai, mãe e filhos, passando a existir uma nova configuração familiar. Entretanto, as atribuições dos pais permanecem, ainda que separados. “O que se desfaz é o casal. Em outras palavras, a conjugalidade rompe-se, porém a parentalidade e a tutelaridade persistem. Ou deveriam persistir” (Nazareth, 2004 p. 26).

Após a separação, é atribuição de ambos os pais manter a parentalidade e a tutelaridade, ainda que exercidas isoladamente, além de zelar pela permanência das relações de afeto com os filhos (Nazareth, 2004).

Ahrns (1994) concorda com essa idéia, afirmando que a família permanece após o divórcio e que mantém suas mesmas funções.

A maioria das famílias continua a ser família após o divórcio, mesmo que não pareçam exatamente a mesma coisa que as famílias a que estamos acostumados. Em vez de todos viverem sob o mesmo teto, membros de famílias divorciadas se dividem por dois ou mais lares. Esses lares maternos e paternos, que podem ou não incluir padrastos e madrastas e meio irmãos, formam uma família binuclear. Embora o divórcio mude de nuclear para binuclear a estrutura da família, ela continua a fazer mais ou menos a mesma coisa que sempre fez: cuidar das crianças e socializá-las, formar estreitos laços pessoais e tratar das necessidades financeiras de seus membros (Ahrons, 1994, p.23-24).

Segundo a autora os pais continuam a ser responsáveis pelo atendimento das necessidades dos filhos, incluindo as físicas, econômicas e emocionais e o fundamento básico é que os ex-cônjuges formem uma parceria parental suficientemente cooperativa para permitir que continuem os laços de relação familiar. “O mais importante é a ausência de rancor e o interesse mútuo pelo bem-estar das crianças. Os parceiros têm objetivos comuns: manter seus relacionamentos familiares enquanto vivem suas vidas separadas” (Ahrons, 1994, p.11).

Também corroborando com essa idéia da permanência da família, Cigoli (2002) lembra que os vínculos não são cortados nem abolidos, eles se transformam, assumindo outras formas e significados.

Embora enfoque todo o seu trabalho na possibilidade de um bom manejo do divórcio e no estabelecimento de uma família binuclear, em que os pais se esforcem para dividir responsabilidades iguais na criação dos filhos, Ahrons (1994) reconhece que a maioria das famílias não se enquadra nessa situação e faz acordos mais tradicionais. Esses acordos considerados mais tradicionais as mães geralmente assumem maior responsabilidade pela criação dos filhos, ficam com eles a maior parte do tempo enquanto os pais ficam com os filhos em períodos menores ou fazem visitas.

A autora aponta os acordos necessários e as dificuldades encontradas após a separação tanto para os pares mais cooperativos, com os arranjos mais próximos do modelo ideal binuclear, quanto para os pares dos arranjos mais tradicionais (Ahrons, 1994).

Na fase pós-separação, segundo Ahrons (1994), conforme já mencionado anteriormente, os pais devem formar uma sociedade limitada para estabelecer a nova família binuclear, visando manter os relacionamentos entre as crianças, os pais e a família ampliada. Para os pais, essa situação torna-se um desafio mesmo pensando no melhor interesse dos filhos, já que é difícil separar-se como cônjuges ao mesmo tempo em que mantêm um relacionamento como pais.

A sociedade limitada é prática, dinâmica e flexível, segundo Ahrons (1994). “Embora permita conflito, os parceiros têm ainda que ser amigáveis, cooperativos e tão respeitosos quanto possível” (p.167). Ainda assim, a autora reconhece a existência de vários problemas no estabelecimento da sociedade limitada, que são as barreiras emocionais existentes no terreno comum reconhecido pelos ex-cônjuges. Entre essas barreiras estão as diferenças de valores pessoais e questões relativas a competição, poder e controle, que podem complicar as decisões até sobre as questões mais simples.

Brown (1995) aborda a família pós-divórcio mencionando a necessidade de uma nova organização familiar, com foco nesses arranjos mais tradicionais, geralmente com progenitor sozinho e, na maioria das vezes, com lares dirigidos por mulheres.

Pensando na família de progenitor sozinho e, especialmente, na mãe solteira com a custódia dos filhos, a autora aponta que a tarefa principal seria criar novas maneiras de satisfazer as necessidades emocionais e financeiras dos filhos, sem copiar o modelo existente na família anterior, com dois progenitores (Brown, 1995).

Independentemente da dinâmica individual da família, todas as famílias com progenitor sozinho experienciam vários problemas para estabelecer-se como unidade viável. Três problemas inter-relacionados dominam sua vida: dinheiro, paternidade e relacionamentos sociais. Geralmente, as dificuldades nessas áreas parecem imediatamente após a separação e persistem, de alguma forma, durante toda a fase de ajustamento, perdurando de três a cinco anos (Brown, 1995, p.322).

As mulheres geralmente não estão preparadas para sustentarem a si mesmas e a seus filhos sozinhas, já que tradicionalmente os maridos eram responsáveis pelo sustento. Além disso, enfrentam os problemas de paternidade, com dificuldade de disciplinar e educar os filhos no momento em que vivem uma grande perda emocional. É nesse momento, tendo que cuidar sozinhas da casa e tendo que trabalhar em tempo integral, talvez pela primeira vez desde que tiveram filhos, que muitas mulheres ficam sem estabilidade e não possuem tempo ou energia para as necessidades dos filhos (Brown, 1995).

A autora coloca que o processo de resolver as questões pós-divórcio e estabilizar-se como família de progenitor sozinho consiste em três fases distintas: as *conseqüências*, o *realinhamento* e a *estabilização* (Brown, 1995).

A primeira fase, das *conseqüências*, envolve o primeiro ano após o divórcio, e é aquela na qual as famílias respondem a uma intensa crise situacional pela ruptura da maneira como viviam. Surge a necessidade de elaborar o divórcio emocional, reavendo o senso de eu e os objetivos pessoais de vida, além de negociar acordos ligados ao processo legal. Mudam os relacionamentos com a família nuclear e famílias ampliadas. Surgem problemas financeiros e dificuldade de cuidar e educar os filhos. A mulher/mãe geralmente sente uma impotência que é proporcional à sua percepção do vácuo criado pela ausência do pai. Nessa fase podem surgir triangulações familiares, quando filhos ou avós ocupam espaços vazios ou são envolvidos em disputas de poder dos pais, que podem levar a uma disfunção a longo prazo (Brown, 1995).

Fedullo (2001) também aborda esse tema, mencionando que, se o divórcio se caracteriza como separação sentida como parte natural do ciclo de vida, o vínculo parental poderá ser protegido, as fronteiras respeitadas e as hierarquias mantidas, evitando-se a colocação do filho em função de triangulação. Já quando o divórcio se caracteriza como ruptura, o ciclo vital da família ficará perturbado, podendo haver mistura de fronteiras entre pais e filhos e a hierarquia se perde, com

todos tentando evitar a percepção dos vazios desse processo. Nessa situação os filhos acabam abandonados como filhos ou ocupam função parental tornando-se pais dos próprios pais e dos irmãos.

Ahrons (1994) também fala da triangulação, que ocorre quando os pais concentram nos filhos a luta de poder que deveria permanecer entre eles. Segundo a autora, “quando os pais são raivosos (...), o filho é como um transistor de pequena potência que, de repente, tem que aceitar cargas de alta voltagem. A criança queima” (Ahrons, 1994, p. 177).

Quando as crianças ficam trianguladas na raiva dos pais e são envolvidas em conflitos de lealdade, isso traz muito sofrimento e elas muitas vezes se sentem culpadas.

Nenhum pai quer isso. A única solução consiste em a criança saber que ambos cooperarão no seu melhor interesse. É esse o princípio fundamental, inarredável, que os pais devem reconhecer e pôr à frente da raiva recíproca (Ahrons, 1994, p. 178).

Voltando aos acontecimentos da fase pós-divórcio das conseqüências, um outro fator importante diz respeito a organização da vida social, que muitas mulheres tem dificuldade de conseguir. As conquistas positivas são aquelas que facilitam a autonomia, como conseguir um emprego e ter apoio social. As mulheres precisam desenvolver competência financeira e legal para aliviar o estresse pessoal e conseguir ser competente com os filhos mesmo sozinha. Muitas vezes, nessa fase, as mães buscam tratamento por dificuldades com seus filhos (Brown, 1995).

A fase seguinte, do *realinhamento*, é a passagem do estado de crise para um de transição, que dura de 2 a 3 anos. O problema mais urgente continua sendo o econômico, pela necessidade de ajustamento da vida em duas casas o que, particularmente para as mulheres, geralmente significa diminuição no padrão de vida. Nessa fase as mulheres repensam seus objetivos no futuro e começam a fazer planos a longo prazo, além de ajustarem-se à vida social como solteiras. O relacionamento com os filhos também muda e os padrões disfuncionais e triangulações que permanecerem, tendem a se solidificar, podendo criar sintomas (Brown, 1995).

Na fase de *estabilização* os maiores problemas associados ao processo de tornar-se uma família com progenitor único devem estar resolvidos. Se alguma triangulação permanece está sujeito a se tornar um problema. Idealmente, nessa fase, a família consegue lidar com as tarefas desenvolvimentais comuns do ciclo de vida familiar com tranquilidade. Os filhos geralmente estão livres para transitar entre as duas casas e o mundo externo; os ex-cônjuges se sentem à vontade no relacionamento um com o outro e para terem novos relacionamentos. Frequentemente há recasamentos, que requerem reajustamentos em todos os envolvidos (Brown, 1995).

Além da família com progenitor único, enfocada por Brown (1995), há que se pensar também no progenitor solteiro que fica sem custódia dos filhos. Segundo a autora, isso acontece com a maioria dos homens que tendem a experimentar uma perda do senso de lar e família, permanecendo como membro auxiliar da família dirigida pela mãe, mantendo geralmente a responsabilidade

financeira. Assim, a base econômica do pai se vê substancialmente reduzida e essa pode se tornar também uma questão emocional, considerando-se que o dinheiro é a maior fonte de poder. Os homens devem refletir sobre a maneira como o uso do dinheiro afeta o relacionamento com os filhos e com a ex-mulher.

Nesses arranjos mais tradicionais, nos quais geralmente a mãe constitui um novo lar e assume maior responsabilidade pelos filhos, Ahrons (1994) afirma que os conflitos de poder e controle são quase inevitáveis nessas sociedades de bases mais tradicionais.

Geralmente o principal progenitor (em geral, a mãe), o que diz às crianças o que fazer todos os dias, quer mais poder sobre elas do que o ex-cônjuge. O outro (geralmente o pai) sente-se como se fosse uma visita na vida dos filhos, sempre dependente da boa vontade da ex-esposa. Como progenitor com menos influência direta, sente-se impotente – controlado pela ex-mulher, que ele acha que estabelece todas as regras. O pai, que em geral ganha mais, tenta usar o dinheiro para igualar o desequilíbrio de poder. E aí é que começa o pandemônio (Ahrons, 1994, p. 190).

É freqüente o distanciamento dos pais e seus filhos sem a estrutura do casamento. Os pais nem sempre conseguem estabelecer um “segundo lar” adequado para os filhos e muitas vezes os contatos ocorrem apenas em momentos sociais, havendo pouca participação dos pais na disciplina e rotinas. Em famílias em que os conflitos conjugais estão muito vivos, é maior a tendência dos pais saírem das vidas dos filhos. Do ponto de vista social, os homens divorciados têm maior facilidade. “Enquanto as mulheres se tornam mães solteiras depois do divórcio, os homens se tornam *solteiros*” (Brown, 1995, p. 339).

Ahrons (1994) aborda alguns aspectos sobre o que ajuda os pais a permanecerem interessados nos filhos após o divórcio, afirmando que o tipo de relacionamento que os cônjuges mantinham no casamento tem impacto no relacionamento pais – filhos. Segundo a autora, quando o relacionamento no casamento era frio e conflituoso os pais se mostravam menos interessados nos filhos após o divórcio, enquanto um relacionamento cooperativo no casamento facilitava a manutenção do interesse. Baseada em seu estudo a autora afirma ainda que o envolvimento dos pais com os filhos é estabelecido no primeiro ou segundo ano após o divórcio, estabilizando-se a partir daí.

Independente dos pais conseguirem formar uma família binuclear ou sociedade limitada nos moldes ideais ou de formarem famílias com um progenitor mais participante, o mais importante é que consigam atravessar as etapas do divórcio da melhor forma possível para se preservarem e preservarem os interesses das crianças.

Para isso, “em primeiro lugar terá que haver algum grau de cooperação e comunicação entre os pais, por mais odioso que esse contato seja para eles” (Ahrons, 1994, p. 198). Os pais precisam estabelecer novas fronteiras, novas regras que vão dizer como a família vai funcionar. A maior facilidade ou dificuldade nesse processo vai depender do relacionamento entre eles. As fronteiras precisarão receber sintonia fina em cada uma das etapas do processo de divórcio e os arranjos que

fazem a família funcionar terão que ser revistos e modificados conforme mudam as necessidades dos filhos e de todos os envolvidos.

Muitas vezes, pais têm dificuldade em manter a raiva matrimonial dentro de limites apropriados. A raiva contra o cônjuge extravasa sobre os filhos, contaminando, com efeitos devastadores, a interação pais-filhos (Ahrns, 1994, p. 190).

Além de cuidar do relacionamento entre eles e do envolvimento dos filhos em seus conflitos, os pais precisam estar atentos aos sentimentos e compreensão das crianças diante do processo de divórcio, pois elas não conseguem apreender da mesma forma que os adultos todos os acontecimentos.

De acordo com Nazareth (2004), durante a fase da separação propriamente dita, as crianças ficam perdidas, achando que os pais vão se reconciliar. Surge em crianças e adolescentes a saudade do cônjuge que saiu de casa, desejando seu retorno e desejando ver os pais juntos novamente. As mudanças e conturbações no ambiente físico provocam nas crianças insegurança e incerteza sobre o que pode acontecer em suas vidas, fortalecendo sentimentos de solidão, rejeição e mágoa.

Kaslow e Schwartz (1995) também colocam que na etapa denominada “durante o divórcio”, as crianças parecem negligenciadas, quando seus pais estão tensos, magoados e desvinculados, com as energias voltadas para a separação, brigas, acordos, situação financeira, etc.

De modo geral, as crianças podem ser separadas do pai ou da mãe por diversas razões, como doença, guerra, morte e/ou divórcio. Nas duas primeiras situações pode haver ansiedade sobre o bem-estar da pessoa mas há esperança de que ela volte a salvo para casa. Em caso de morte, há a sensação de encerramento que minimiza as fantasias sobre a família voltar a estar unida novamente, há rituais de luto e o esforço de uma rede de apoio que ajudam a criança a aceitar a perda. Já no caso de divórcio, não há um período de luto tradicional para os filhos que, de alguma maneira, perderam um dos pais. Assim a criança cujo pai ou a mãe deixa o cônjuge e a casa, acaba enfrentando o medo de que ela também venha a ser abandonada e o medo, consciente ou inconsciente, de que o outro cônjuge também vá embora, além da percepção de que os adultos não são confiáveis (Kaslow e Schwartz, 1995).

Ferraris (2002) chama atenção para o fato de que as modificações estruturais da família e do estilo de vida após o divórcio podem originar crises de identidade nos filhos, podendo minar seu sentimento de segurança e auto-estima. As crianças precisam de estabilidade e pontos de referência claros que são os pilares sobre os quais constroem sua identidade, mas durante um processo de divórcio modifica-se a identidade e história familiar a ponto de poder gerar problemas de identidade na criança. É preciso respeitar o luto pelas perdas sofridas com o divórcio, incluindo perda do estilo de vida anterior, da presença de um dos pais, de hábitos e rituais com sentido de estabilidade e ordem e às vezes da casa, da escola e de amigos.

Ahrons (1994) também aponta que as “crianças precisam de continuidade e estabilidade nos relacionamentos familiares” (p. 167) e menciona a importância dos pais formarem arranjos familiares duradouros e viáveis para auxiliá-las no enfrentamento da situação. Segundo a autora os pais muitas vezes transmitem aos filhos, sem querer, seus sentimentos de insegurança, aumentando-lhes o estresse.

Por outro lado, a autora afirma que as crianças são capazes de tolerar as transições tão bem quanto os pais. Eles podem facilitar o ajustamento dos filhos procurando renovar a confiança da criança, facilitando as travessias através de rotinas padronizadas, discussões sobre a vida diária e a família e rituais, tornando o processo uma parte normal da vida familiar (Ahrons, 1994).

O efeito do divórcio nos filhos: estudos e considerações

No âmbito da terapia de família e na busca de compreensão para o comportamento infantil, muitas pesquisas são feitas a respeito do papel da família no desenvolvimento das crianças, de modo geral, e do impacto que o divórcio tem sobre elas.

Gottman e DeClaire (2001) afirmam que “assim como uma árvore é afetada pela qualidade do ar, da água e do solo em seu meio ambiente, a saúde emocional da criança é determinada pela qualidade dos relacionamentos íntimos que a cercam” (p. 143).

Dessen e Braz (2005) discutem questões relativas às inter-relações entre os subsistemas marital e parental e sua influência no desenvolvimento da criança, mencionando a existência de vários fatores associados aos modos pelos quais os pais influenciam o desenvolvimento dos filhos, tais como: tipo de relacionamento estabelecido entre os genitores e as crianças; ajustamento dos genitores na vida adulta e fontes de estresse na família.

Os autores afirmam que não é possível estudar os processos de desenvolvimento infantil sem considerar as inter-relações das relações conjugais e parentais e mostram que há evidências empíricas sobre as associações entre tais relações e os problemas de comportamento na infância.

A relação marital tem um papel fundamental tanto para as relações estabelecidas entre os genitores e seus filhos quanto para o desenvolvimento de suas crianças em geral. Relações conjugais satisfatórias são fonte de apoio para maridos e esposas, favorecendo relações parentais de boa qualidade. Isto é, casamentos bons são ligados positivamente à sensibilidade parental e casamentos ruins, à insensibilidade dos genitores e, conseqüentemente, a um desenvolvimento infantil bem ou mal ajustado, respectivamente (Dessen & Braz, 2005, p. 142-143).

O relacionamento marital tem sido considerado um elemento fundamental para a qualidade de vida das famílias, particularmente para as relações dos pais com as crianças. O ajustamento conjugal, as formas de comunicação e as estratégias de resolução dos conflitos estabelecidas pelo casal influenciam o desenvolvimento de padrões de cuidado em relação à criança e a qualidade das relações pais-filhos (Dessen & Braz, 2005).

De acordo com Kaslow e Schwartz (1995), a inability de se comunicar e resolver os problemas em conjunto é um fator negativo na criação dos filhos. Se os pais diferem velada ou abertamente em suas reações ao comportamento dos filhos, esses podem tanto ficar confusos como desenvolver habilidades de manipular os pais e jogar um contra o outro, além de estarem presos em meio a mensagens de duplo sentido.

Segundo Ahrons (1994), pesquisadores e especialistas concordam sobre dois fatores importantes que contribuem para o bem-estar das crianças, que seriam: 1) o fato de que as crianças se beneficiam quando são mantidos os relacionamentos familiares importantes em suas vidas e 2) o fato de que as crianças se beneficiam quando o relacionamento entre os pais (casados ou divorciados) é de cooperação e apoio.

Segundo Gottman e DeClaire (2001) o clima de um casamento ou divórcio cria o que chamam de uma “ecologia emocional” para os filhos. O relacionamento conjugal influencia as atitudes dos filhos, sua capacidade de se relacionar e de regular as emoções.

As reações dos filhos ao divórcio variam de acordo com a idade, temperamento, sexo, posição na família, experiências passadas, sistemas de apoio e competência cognitiva e social (Peck & Manocherian, 1995).

Conforme mencionam Carter e McGoldrick (1995) o estresse familiar é geralmente maior nos pontos de transição entre os estágios do ciclo de vida e os sintomas tendem a aparecer mais quando há uma interrupção ou deslocamento nesse ciclo, como ocorre quando há um divórcio.

Entretanto, segundo Peck e Manocherian (1995), não é o divórcio em si que cria os transtornos e dificuldades para os filhos, mas as circunstâncias específicas decorrentes da separação, como a perda de um dos pais, o conflito entre os pais, a qualidade de vida pós-separação bem como o número e grau de outras mudanças estressantes decorrentes do divórcio.

Kaslow e Schwartz (1995) corroboram com essa idéia e acrescentam que os efeitos do divórcio sobre os filhos podem variar dependendo de quem seja o detentor da custódia, dos arranjos de pensão, dos arranjos de moradia, da continuidade ou interrupção dos relacionamentos com a família extensa e milhares de outros fatores, incluindo o ajuste pós-divórcio dos pais e o fato de estarem cooperando ou tendo conflitos sobre a criação conjunta dos filhos.

Quando o divórcio é amargo os filhos podem ocorrer riscos, em termos psicológicos, se forem envolvidos em conflitos de lealdade. As crianças podem apresentar dificuldades escolares, comportamento problemático com amigos e autoridade, além de sintomas somáticos. Alguns filhos assumem papéis parentais, passando a ter responsabilidades adultas que são emocionalmente prejudiciais (Wallerstein & Kelly, 1980 citados por Peck & Manocherian, 1995).

Hetherington (1992, citado por Gottman e DeClaire, 2001) coloca o período de separação e divórcio como uma fase de sérias rupturas no relacionamento entre pais e filhos, afirmando que é difícil um pai ou mãe preocupados e emocionalmente abalados e um filho desolado e exigente se

apoiarem e se confortarem mutuamente, sendo provável que um agrave os problemas do outro. Especialmente as mães divorciadas com a custódia dos filhos, ao ficarem “temporariamente com a cabeça fora do lugar” correm o risco de castigar os filhos de modo incoerente, sendo incapazes de comunicar-se adequadamente com eles e lhes dar apoio.

Gottman e DeClaire (2001) falam do resultado de seu estudo, evidenciando que os pais que estavam passando por uma fase estressante no casamento tendiam a ser mais frios e insensíveis com os filhos e também a não impor tantos limites ao comportamento deles.

De acordo com Peck e Manocherian (1995) os resultados de vários estudos indicam que o relacionamento pós-divórcio entre os pais é o fator mais crítico no funcionamento da família.

Diversos autores, incluindo Ahrons (1994), Peck e Manocherian (1995), Gottman e DeClaire (2001) e Cigoli (2002), concordam que o conflito entre os pais, incluindo hostilidade e dificuldades de comunicação, são mais influentes no ajustamento dos filhos do que o divórcio em si, podendo influenciar na manifestação de problemas psíquicos e sintomas diversos.

Segundo Gottman e DeClaire (2001), alguns tipos de conflitos conjugais afetam profundamente a saúde física e emocional das crianças, assim como sua capacidade de relacionamento com outras crianças. De acordo com os autores, os filhos de pais cujo relacionamento é caracterizado por atitudes críticas, defensivas e desdenhosas, têm maior probabilidade de manifestar comportamento anti-social e agressivo com os colegas, além de terem mais dificuldade de regular as emoções, de concentrar-se e de acalmar-se quando aflitos, apresentando ainda mais problemas de saúde como tosse e resfriado e passando com mais frequência por fases de estresse.

Terapia de famílias com crianças

Quando uma família com crianças procura terapia, especialmente se o pedido de ajuda é motivado por um problema da criança, os terapeutas familiares muitas vezes deparam-se com um desafio – o de incluir adequadamente as crianças no trabalho terapêutico.

Segundo Andolfi (1996) para compreender o desenvolvimento histórico de uma família e sua situação atual, é necessária a presença de todos os membros do grupo familiar, incluindo as crianças.

Tilmans-Ostyn (2000b) aborda o trabalho terapêutico com crianças pequenas, sendo assim consideradas aquelas que ainda não chegaram ao estágio em que a linguagem verbal prevalece em relação às outras formas de expressão, o que pode durar até a puberdade.

A presença de crianças pequenas sempre oferece inúmeras vantagens para o processo terapêutico. Para tirar partido do comportamento verbal e não verbal da criança pequena é preciso que sua presença seja integrada desde o início do trabalho com a família. De outra forma, seu comportamento perde seu valor informativo no processo terapêutico (Tilmans-Ostyn, 2000b, p.73).

No trabalho de Tilmans-Ostyn (2000b), quando um dos pais pede uma consulta para uma criança, a ampliação para a fratria se faz desde o primeiro momento, com pedido de que toda a família participe como forma de ampliar as possibilidades de ajuda, mas que os pais, que melhor conhecem a família, decidirão como a primeira consulta deve acontecer.

A autora coloca que antes da de qualquer análise da queixa é preciso fazer uma análise da busca da terapia e do pedido de ajuda, procurando conhecer a demanda, sendo essencial questionar as facetas normais e evolutivas do comportamento problema (Tilmans-Ostyn, 2000a).

No caso do problema com uma criança Tilmans-Ostyn (2000a), não fala inicialmente aos pais da sua situação de casal, sendo o eixo inicial do trabalho a interação pais-filho, mesmo que posteriormente possa ser útil intervir no casal.

De acordo com Andolfi (1996, p. 203), “muitas vezes a criança é o melhor indicador da situação afetiva da família, num dado momento. É capaz de exprimir abertamente emoções ou tensões que os pais experimentam, mas que não conseguem revelar”.

Tilmans-Ostyn (2000b) também afirma que são as crianças que vão tocar nas zonas do não dito na família, muitas vezes surpreendendo os pais ao mostrar o quanto elas compreendem as coisas. Segundo a autora os comportamentos das crianças na terapia também possuem a função de freio para o terapeuta, indicando o impacto do trabalho e sinalizando os riscos das intervenções.

A autora enfatiza a importância de se estar atento para a expressão imaginária da criança para a qual a linguagem não verbal, a linguagem do corpo é a única possível.

A criança pequena está, mais do que ninguém, imersa no clima emocional das situações. Sua atenção se fixa na comunicação não-verbal dos adultos. Muitas vezes, ela percebe melhor os afetos das mensagens do que compreende as palavras amiúde enganadoras, que camuflam os níveis emocionais (Tilmans-Ostyn, 2000b, p.79)

Na terapia de famílias com crianças, o terapeuta deve considerar a criança como uma pessoa com pleno direito de expressar seus pensamentos, sentimentos e opiniões de forma pessoal, sem ser tratada como qualitativamente inferior aos adultos (Andolfi, 1996).

Andolfi (1996) e Tilmans-Ostyn (2000b) concordam que o ambiente terapêutico deve favorecer a participação das crianças, devendo incluir material apropriado, como brinquedos, espaço e material para desenho, entre outros. Enfatizando a importância do desenho, Tilmans-Ostyn (2000b) enfatiza que não é preciso interpretar, basta que se ajude a criança a expressar aquilo pensa quando desenha.

Andolfi (1996) enfatiza a importância do jogo como meio de comunicação na perspectiva sistêmica e a relação lúdica entre a criança e o adulto como meio de interação.

O jogo é o elemento fundamental que torna possível incluir as crianças na terapia de família sem serem tratadas como adultos em miniatura. As palavras não são mais do que uma das formas pela qual o sistema familiar comunica. (...) O Jogo põe a criança à vontade, torna o contexto terapêutico familiar, permite-lhe exprimir-se e comunicar aos outros suas necessidades e o seu humor e, ainda, utilizar o jogo para se isolar, se a situação se tornar muito ansiogênica (Andolfi, 1996, p. 206).

O jogo pode ser usado na terapia como meio de facilitar a entrada do terapeuta no sistema familiar; como meio de obter informações sobre o sistema ou como modalidade reestruturante, pela sua função terapêutica (Andolfi, 1996).

Na prática clínica da terapia de família com crianças, tanto Tilmans-Ostyn (2000b) quanto Andolfi (1996) mencionam a divisão da família nas sessões conforme objetivos específicos, podendo-se trabalhar com subsistemas separados.

Um outro aspecto a ser considerado quando se trabalha com crianças em terapia familiar é a necessidade de se acompanhar o processo verbal dos adultos com objetivo de avaliar se as crianças estão acompanhando e compreendendo os fatos, evitando que os pais possam excluí-las ao tentar captar a atenção do terapeuta (Tilmans-Ostyn, 2000b).

Diante do exposto, especialmente quando as crianças estão envolvidas no problema que faz a família buscar terapia, não há motivos que justifiquem a exclusão delas do processo.

MÉTODO

- Caracterização do estudo:

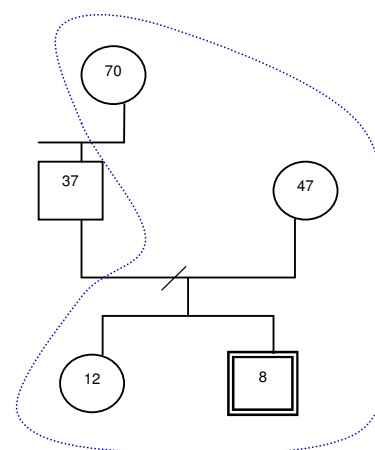
Trata-se de um estudo exploratório-descritivo de natureza qualitativa, realizado a partir dos dados de um caso clínico, dos quais foram selecionadas partes específicas para ilustrar os objetivos propostos.

- Participantes:

Os participantes do estudo são os integrantes de uma família, denominada *Família Pereira Silva*, que esteve em processo terapêutico no período de março de 2005 a fevereiro de 2006, conforme descrição e genograma a seguir:

Família Pereira Silva*

- Mãe: Bernadete Maria Pereira – 47 anos (DN: 23/08/57);
- Filha: Maria Cláudia Pereira Silva – 12 anos (DN: 14/12/92);
- Filho: Luís Cláudio Pereira Silva – 8 anos (DN: 13/09/96);
- Avó Paterna: Antônia Silva – 70 anos;
- Pai: Cláudio Silva – 37 anos.



- Equipe terapêutica:

Esta era composta por dois terapeutas em trabalho de coterapia e uma equipe reflexiva composta por um supervisor e cinco observadores que trabalhavam em supervisão ao vivo. A família foi atendida em uma sala com espelho unidirecional, munida de microfones e filmadora.

- Procedimento:

Coleta de dados:

Os dados foram obtidos a partir dos registros (filmagens) das sessões terapêuticas da família.

Instrumentos:

Foi utilizada a observação de todas (19) as sessões terapêuticas registradas em vídeos, o registro escrito de algumas delas transcritas e devidamente decupadas, bem como outros materiais do caso registrados em fichas e materiais produzidos durante o processo terapêutico, como desenhos, genograma, etc.

* Os nomes e sobrenomes reais foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade dos membros da família.

Análise de dados:

Para análise dos dados foi elaborada uma síntese do processo terapêutico vivenciado pela família, com resumos das sessões e destaque para momentos específicos da terapia e falas que ilustram os objetivos do estudo. Os trechos selecionados foram analisados a partir das discussões realizadas pela equipe terapêutica e à luz das informações da literatura.

- Considerações Éticas:

Este trabalho respeita a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A participação da família foi voluntária e consentida através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A privacidade da família é garantida e o sigilo dos dados é mantido pela substituição dos nomes e não revelação de dados que possam identificar os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão apresentados como resultados alguns trechos selecionados do processo terapêutico vivenciado pela Família Pereira Silva, iniciando pela apresentação do motivo de procura pela terapia para caracterização da demanda, dados gerais sobre o processo terapêutico e resumos de algumas sessões.

A família – motivo da terapia

A família Pereira Silva foi encaminhada a partir de um pedido da escola do menino de 8 anos e de uma avaliação realizada em um serviço de desenvolvimento infantil, que sugeriu terapia familiar. A queixa principal era de agitação, falta de concentração e agressividade do filho. Na ficha de registro de atendimento preenchida pela família, no espaço de motivo da consulta foi colocado: “*agitação do Luís, conflitos familiares*”.

A demanda apresentada pela família era dos pais vivendo separados a mais de dois anos sem que houvessem estabelecido um acordo de separação. A situação do ex-casal era, portanto, indefinida e conflituosa. A mãe vivia em um apartamento com os dois filhos e a sogra e o pai vivia em outra casa, estava se relacionando com outra companheira.

O processo terapêutico

O processo terapêutico desenvolveu-se por meio da realização de sessões quinzenais com duração de uma hora, totalizando 19 sessões em um período de 11 meses. Foram realizadas sessões com a mãe e as crianças; uma sessão com “ex-casal”; sessões individuais com a mãe e sessões com os dois irmãos. As sessões foram identificadas e serão apresentadas através de títulos escolhidos para representar o tema principal trabalhado em cada encontro.

O trabalho foi realizado em co-terapia, contando com equipe terapêutica e supervisão ao vivo através de espelho unidirecional.

Hipóteses e planejamento terapêutico

No início e ao longo do processo terapêutico a equipe desenvolveu algumas hipóteses compreensivas sobre a situação vivenciada pela família, tais como:

- Indefinição na relação do ex-casal, que não tinha vivido as fases da separação, estava interferindo na dinâmica familiar e no comportamento dos filhos;
- “Ex-Casal” com funcionamento colusivo e sem condições de organizar adequadamente a rotina dos filhos e estabelecer limites;
- Filha mais velha ocupava uma posição parental, mostrando-se responsável e adulta, sendo a boa-filha e ajudando a mãe em tudo;

- Filho mais novo sofria com a indefinição familiar e confusão de sentimentos, apresentando sintomas, além de ser escudo, substituindo a mãe em confrontos com o pai.

A partir dessas hipóteses, no decorrer do processo definiu-se um planejamento terapêutico, voltado para os seguintes focos de trabalho principais:

- Investigação das famílias de origem;
- Definição de fronteiras familiares;
- Fortalecimento da fratria;
- Fortalecimento e orientação da mãe;
- Práticas educativas e limites;
- Abordagem do emaranhamento do casal.

Sessão inicial: da queixa à demanda

Na primeira sessão compareceram a mãe, Bernadete, a filha de 12 anos, Maria, o filho de 8 anos, Luís e avó paterna/sogra, Dona Antônia. As apresentações de todos os membros da família foram centradas no menino (Ex: “*eu sou a Maria, irmã do Luís*”; “*eu sou a avó do Luís, meu nome é Antônia*”) e a conversa inicial centrada no comportamento dele.

A mãe afirmou que não conversou em casa sobre o motivo da consulta, apenas explicou que seria “*uma terapia em família pra gente procurar melhorar, pra ver nossos pontos negativos*”.

Sobre o encaminhamento e o motivo de procurar ajuda, Bernadete explicou:

“Foi porque ele repetiu de ano, né?! No primeiro ano ele rodou, repetiu, e ele tava muito agressivo... Ele não tava prestando atenção, não queria estudar mesmo, o primeiro ano dele assim foi o caos. Não fazia mais nada, de agosto em diante ele não fazia mais nada. (...) ele tava muito revoltado, agressivo às vezes...”

Durante a sessão começou a ficar evidente a diferença entre os irmãos, com Maria mostrando o quanto é inteligente, “adulta” e responsável e Luís no papel da criança agitada, que gera preocupação. O comportamento de Luís foi comparado ao do pai, que também era agitado.

Ao longo da sessão, Luís brincou com blocos de madeira e com animais, com os quais representou duelos entre casais dos quais apenas um, “homem” ou “mulher”, saíam vivos.

A compreensão, pela equipe terapêutica, da polarização entre o comportamento dos irmãos e a leitura das mensagens implícitas enviadas por Luís através da brincadeira com os casais de animais, são exemplos do que Thilmans-Ostyn (2000) coloca como pontos importantes para a análise do pedido de terapia, não focado apenas na queixa, mas compreendendo a demanda.

As terapeutas procuraram questionar sobre as atividades de cada um na família e conseguiram mostrar como todos são agitados na família, não é só o Luís. Essa intervenção caracterizou, na compreensão da equipe terapêutica, uma redefinição do problema. Além disso, mostrou-se o aspecto normal do sintoma (agitação) o que é essencial segundo Thilmans-Ostyn (2000).

No final da sessão, o tom da conversa mudou e o pedido de ajuda passou a ser outro, na fala da mãe: *“buscar mais o crescimento. Eu sei que eu tenho muitas falhas como mãe, como houve a separação eu me desestruturei (...) Daí eu sei que tá corrido mas eu tô conversando com eles pra eles entenderem, né, antes eu era muito mãezõna de tá toda hora junto, toda hora junto, agora tem horas que eu não posso tá junto, como eu tô sentido que eles tão sentindo a minha falta agora”* (Bernadete).

Surgiu ainda, mais no final da sessão, a dificuldade de relacionamento entre a mãe e a avó, com Bernadete falando do incômodo e da dificuldade de Dona Antônia morar com eles: *“Ela já ficou dois, três meses sem falar comigo dentro da minha casa, eu sou muito sentimental, magoa”* (Bernadete).

Dessa forma, logo na primeira sessão, a demanda ficou explícita e redefiniu-se o contexto do pedido de ajuda, o que fez a equipe considerar a família flexível.

A participação das crianças foi muito importante e a brincadeira desenvolvida por Luís com os casais de animais mostrou a importância do lúdico e da comunicação não-verbal, conforme salientam Andolfi (1996) e Tilmans-Ostyn (2000b). Ao representar o duelo de casais, no qual apenas um saída vivo, ele estava evidenciando o clima emocional familiar que ficaria explícito posteriormente.

Percebeu-se também que as questões relacionadas à separação do casal estavam afetando fortemente a família, incluindo mãe, filhos e até mesmo a avó, o que é condizente com as afirmações de Peck e Manocherian (1995) ao apontarem que o divórcio afeta os membros da família em todos os níveis geracionais, provocando uma crise para o sistema e para cada indivíduo.

Segunda sessão: aquela em que aparece o problema do ex-casal e da indefinição

Na segunda sessão compareceram os mesmos participantes da sessão anterior. Falou-se sobre a situação da separação, sobre os contatos dos filhos com o pai e sobre a situação de Dona Antônia, que não quis ir morar com o filho.

Quando começou a se falar da relação do pai com a família, ficou evidente a confusão. As fronteiras não eram claras, ele freqüentava livremente ao apartamento de Bernadete, não havia regras de convivência. Bernadete falou da dificuldade de conversar com o Cláudio, reclamando que ele nunca quer conversar e que não define a situação. Falou da possibilidade de voltar a ficar junto com ele se for de uma forma diferente. Terapeutas e equipe tentaram mostrar que a indefinição e confusão não eram só dele, mas dela também, pois ela também não definia nada.

Nessa sessão falou-se também da situação da separação. Cláudio tinha uma amante há bastante tempo e Luís soube e teve que guardar o segredo. As crianças contaram uma situação em que arranharam os CDs da namorada do pai por não a aceitarem, Maria se recusava a ficar com o pai quando ele tinha a namorada. Esses exemplos mostram o envolvimento dos filhos na situação dos pais.

As terapeutas apontaram como todos estavam envolvidos na confusão e na indefinição e que compreendiam como devia estar difícil para todos, para Luís e Maria verem os pais se separando, para Dona Antônia que vivia em uma casa que não era a dela, enfim para todos eles. Finalizou-se a sessão falando da função da terapia de ajudar a compreender os sentimentos de cada um e contribuir para tentar definir algumas coisas.

Essa situação vivenciada pela família mostra que o divórcio emocional, segundo compreende Ahrons (1994) não havia sido resolvido, pois estavam ainda presentes muitas de suas características principais, como ambivalência, incerteza, lutas de poder e estresse. A ambivalência era evidente nesse casal, que não estava conseguindo planejar as mudanças necessárias e manejar o período de separação, no qual os parceiros precisam administrar a crise e estabelecer fronteiras adequadas, ou seja, definir as regras que determinam a interação dos pais e deles com os filhos.

A família parecia paralisada, conforme a compreensão de Carter e McGoldrick (1995), que afirmam que as questões emocionais não resolvidas no período da separação podem paralisar as famílias e continuar como obstáculos para o desenvolvimento de novos relacionamentos.

Conforme as fases do processo de separação apontadas por Nazareth (2004), a família estaria enfrentando a *fase transitória*, da separação propriamente dita, que a autora coloca como um período difícil e trabalhoso em que toda a família passa por turbulências e que demanda esforço de todos para reestruturar quase tudo na vida. Embora passado mais de dois anos da decisão de separação, a família ainda não parecia ter alcançado a *fase do ajuste*, quando há aceitação de que a decisão é irreversível e surge a possibilidade de um novo começo de vida.

Outra situação que ficou evidente era o envolvimento dos filhos no problema do casal, que será discutido a partir dos exemplos apresentados a seguir.

Terceira sessão: aquela em que o pai vem inesperadamente

Nessa sessão, Cláudio, pai das crianças compareceu junto com a família, sem que isso tivesse sido previamente combinado, mostrando indícios do que a equipe terapêutica chamou de emaranhamento da família. A avó não compareceu. O casal estava supostamente separado, mas faziam atividades juntos com os filhos, como saírem para passear ou lanchar, e o pai freqüentava livremente a casa da mãe e das crianças, da qual ainda tinha a chave.

Durante a sessão, Bernadete e Cláudio falavam um do outro, sem conseguir falar um para o outro. Ficou claro o quando o pai das crianças também precisava de ajuda e que o casal precisava resolver algumas questões entre eles. Então os dois foram convidados para que viessem sem as crianças na sessão seguinte, com o objetivo não de trabalhar a reconciliação, mas de conversar sobre a situação deles.

Novamente essa situação ilustra o apego, ambivalência e incerteza, destacados por Ahrons (1994) como característicos do núcleo emocional do divórcio, além da indefinição das fronteiras. O

casal foi demonstrando que não possuía a maturidade necessária para alcançar o bom divórcio que, segundo a autora, exige também o desapego de alguns aspectos do relacionamento e a tolerância das diversas emoções.

A opção de convidar o casal para comparecer a uma sessão sozinhos tinha o objetivo de auxiliar na resolução do conflito e contribuir para a conquista do que Ahrons (1994) chama de um bom divórcio já que, segundo a autora, quando as expectativas diferem e as fronteiras são vagas, o ambiente fica propício ao conflito e à raiva, sendo preciso definir o melhor possível os limites do relacionamento.

O casal não estava conseguindo fazer os ajustes necessários nem no nível emocional, nem no nível prático, mostrando a grande dificuldade e falta de preparo que os casais geralmente apresentam, de acordo com Peck e Manocherian (1995).

Sessão da chave como metáfora

Nessa sessão, em que deveriam comparecer os dois membros do ex-casal, Bernadete compareceu pontualmente, afirmando que Cláudio havia dito que tinha outro compromisso e não veio. Foi iniciada a sessão somente com ela.

Bernadete comentou que após a sessão anterior ela e os filhos foram para casa de Cláudio, dormiram lá e que no dia seguinte ela arrumou a casa, fez almoço. As terapeutas procuraram explorar essa situação, verificando que acontecia eventualmente e que quando Cláudio queria eles ficavam juntos, ela se deixava levar por ele, mas ficava angustiada porque ele não definia a situação.

“...eu me sinto mal porque no mesmo instante ta tudo dando certo, cai tudo de água abaixo. Eu to cansada, o fardo ta pesado. (...) E aí nada se resolve, nada se completa. Aí eu não sei mais o que eu quero da minha vida...” (Bernadete).

Essa fala de Bernadete ilustra a característica apontada por Ahrons (1994) como comum aos períodos de transição como o divórcio, de vulnerabilidade. Mas essa poderia ser também uma grande oportunidade de crescimento, que ela não conseguia aproveitar.

Quando as terapeutas comentaram o fato de que ela age como se estivesse sendo levada, ela concorda: *“É exatamente, eu não tenho livre arbítrio entendesse?. Quando ele me convida pra sair com ele, quando eu digo não ele fica bravo”* (Bernadete).

Em seguida Bernadete falou sobre as dificuldades de ser responsável pelas crianças, da falta de dinheiro, de ter que trabalhar e de Cláudio não ajudar. Ela demonstrou sempre esperar que a decisão partisse dele e reconheceu essa situação, mas não conseguia se mobilizar para fazer algo diferente. Ela gostaria que ele mudasse para voltarem a ficar juntos de maneira diferente.

A situação de Bernadete ilustrava o impacto do divórcio, conforme aponta Cigoli (2002), como capaz de traumatizar todas as áreas do vínculo, incluindo as relações internalizadas, o pacto conjugal, as relações familiares e sociais. Ela apresentava dificuldades intra-psíquicas, além de nos

níveis conjugal, familiar e social, pois tinha dificuldade de buscar apoio. Além disso, ela não consegue deixar de ter esperança na ligação, caracterizando uma das formas do que o autor chama de vínculo desesperador.

Bernadete não estava conseguindo fazer o que Carter e McGoldrick (1995) colocam como a elaboração do divórcio emocional, ou seja, recuperar o eu em relação ao casamento desfeito.

Ela falou de como ele freqüentava livremente a casa e decidia as coisas, ficando evidente como isso atingia e confundia as crianças. *“...ele vem lá em casa, ele aparece de vez em quando lá em casa, as vezes ele telefona de madrugada, as vezes ele aparece lá de madrugada... é estranho isso... (...)Aí eu to dormindo com o Luís, né?(...) Aí o Luís fica louco da vida, ele não aceita. O pai ta aí, ele vai dormir aqui tens que dormir na tua caminha. As vezes quando o pai vem cedo lá em casa ele fica: vais dormir aqui, pai, vais dormir aqui? Como que dizendo tais roubando o meu lugar, né?”*

O envolvimento dos filhos nas dificuldades do divórcio é, até certo ponto, inevitável na medida em que o processo tem impacto sobre toda a família e pelo fato de, segundo Cigoli (2002), os filhos serem inseparáveis do destino do pacto do casal. Por outro lado, conforme aponta Ahrons (1994), a tarefa dos pais é administrar a situação, manejando seu rancor e raiva e preservando o interesse mútuo pelo bem-estar das crianças, mantendo os relacionamentos familiares enquanto vivem vidas separadas.

Na situação de Bernadete e Cláudio, com o envolvimento do filho, evidencia-se o que Ahrons (1994), Fedullo (2001) e Brown (1995) colocam como triangulação, quando os filhos ocupam espaços vazios e são envolvidos nas disputas de poder dos pais. Nesse caso, Luís ocupava o espaço vazio na cama da mãe e era envolvido diretamente na relação deles quando o pai aparecia para tomar esse lugar.

Falou-se na sessão sobre como essa situação atingia as crianças e Bernadete continuou concordando com tudo, mas parecia não conseguir refletir mais profundamente sobre sua participação na dinâmica estabelecida, sobre o que a impedia de dizer não.

“O que me impede de dizer não é a minha insegurança, financeira o problema em todas as coisas, entendesse? Isso me impede de dizer não, e os filhos, né?!” (Bernadete).

A dificuldade financeira é um dos principais problemas apontados por Brown (1995) como presentes na vida da mãe solteira com a custódia dos filhos, dificultando a tarefa de se formar uma família de progenitor sozinho. Segundo a autora, as mulheres não estão preparadas para sustentarem a si mesmas e a seus filhos sozinhas, além de enfrentarem dificuldades de disciplinarem os filhos no momento em que vivenciam uma grande perda emocional.

Falou-se ainda sobre como ela desejava ter a família intocada e perfeita, de como era difícil aceitar e encarar uma separação. *“Imagina, tu gostar de uma pessoa, tu viveu com ela, a única pessoa da tua vida, ele e ficar te procurando, é difícil (...) Eu reneguei muitas coisas, eu me anulei de muitas coisas pra ficar do lado dele e aí pesa.”* (Bernadete).

Assim, além das dificuldades reconhecidas de se formar uma família de progenitor sozinho, Bernadete não conseguia se desfazer do vínculo com Cláudio, num tipo de relação, segundo Bernard et al. (2002), em que os parceiros não conseguem parar de sonhar que o outro ou a relação vai mudar. O efeito disso muitas vezes é uma discórdia permanente que atesta a manutenção do vínculo a qualquer custo.

Mais ou menos na metade da sessão, Cláudio chegou e a equipe terapêutica o deixou aguardando na recepção. No final da sessão, após as terapeutas terem realizado uma pausa para conversa com a equipe, a chegada de Cláudio foi revelada para Bernadete usando-se a história da chave como metáfora: “*Aqui ele não tem a chave, não pode entrar e sair a hora que quer*”, comparando com o que acontecia na casa dela. Foi uma tentativa da equipe terapêutica de mostrar a importância dos limites e do estabelecimento de fronteiras claras entre os dois.

Os dois foram convidados para uma próxima sessão, desde que chegassem juntos no horário.

Na seqüência do processo terapêutico, foi realizada a sessão com o ex-casal, na qual eles divergiam e colocavam a responsabilidade um no outro pela relação não dar certo. Cláudio falava que estava confuso e que precisava de mais tempo para decidir o que queria e Bernadete permaneceu falando de como a situação era difícil para ela e cobrava uma definição. Eles falavam sobre estar juntos pelos filhos mas as terapeutas mostraram o quanto não estava claro a situação, se eles saíam juntos como pais, como amigos, namorados ou marido e mulher.

Foi evidenciado o quanto a situação estava difícil para os dois, mas o quanto também parecia estar cômoda para ambos e que eles teriam que definir essa situação um dia, mas que não seria ali, naquele momento.

Embora o casal permanecesse culpando um ao outro pelos problemas da relação, o que é comum segundo Ahrons (1994), já que precisam achar um culpado, ficou evidente a co-responsabilidade dos dois na manutenção da situação.

Vainer (1999) fala da co-responsabilidade de cada cônjuge na manutenção dos conflitos após a separação, tanto emocionalmente quanto judicialmente. Cláudio e Bernadete eram um exemplo de casal em colusão, conforme definido pelo autor, pois mantinham um jogo conjunto inconsciente como forma de possibilitar a manutenção do conflito na relação e imobilizando-os numa situação neurótica de base.

Essa compreensão de colusão foi feita pela equipe terapêutica com base em diversos fatores mostrados pela relação do casal e pelo fato de ambos terem histórias muito parecidas em suas famílias de origem, o que levanta a hipóteses de que o conflito de base dos dois fosse o mesmo. Bernadete perdeu a mãe aos três anos de idade, sendo privada de sua convivência, e Cláudio também não conviveu com o pai, que só foi conhecer depois de adulto. De acordo com Vainer (1999) o jogo conjunto da colusão desenvolve-se desde a escolha do parceiro através de uma identificação

inconsciente na qual os dois indivíduos projetam no outro suas próprias dificuldades e depositam no outro a esperança de serem curados das próprias frustrações da primeira infância.

Assim, Bernadete e Cláudio estavam tentando romper o pacto formal do casamento, conforme o conceito de Cigoli (2002) sem conseguir romper o pacto secreto, que representa as necessidades comuns inconscientes.

Posteriormente foram realizadas sessões somente com as duas crianças, com objetivo de fortalecer a fratria e trabalhar a triangulação deles com os pais; sessões com as crianças e a mãe, para trabalhar a situação familiar e relacionamento entre eles, discutir métodos de limites, entre outras questões; e sessões individuais com a mãe, visando apoiá-la e fortalecê-la, além de investigar sua história. Foram agendadas duas sessões com o pai e as crianças, mas nenhuma delas aconteceu, por falta e por terem sido desmarcadas pela família.

No decorrer do processo a avó saiu da casa de Bernadete e foi morar com uma amiga, passando mais tarde a morar com o filho. Foi a primeira mudança ocorrida na família.

A seguir alguns outros exemplos de sessões ilustram a continuidade do processo terapêutico.

Sessão que mostra a falta de limite e riscos para as crianças

Nessa sessão a mãe se queixou do comportamento de Luís que continuava brigando muito. Contou que em uma das brigas com Maria ele pegou uma faca. Em outra, a vizinha apareceu na casa para apaziguar.

“Ele fica revoltadíssimo, ele tem uma ira que é assustador. E tem horas que ele é amoroso. Eu não sei como é que ta o emocional dele...” (Bernadete).

Ficou evidente como a situação era séria e que as crianças estavam se auto-governando, sem limites. As terapeutas mostraram sua compreensão de que Luís estava com raiva – de tudo: da confusão do pai, da postura da mãe, da posição da irmã, etc.

Sobre o comportamento da filha e a relação com o irmão, Bernadete comentou: *“...ela bate nele às vezes, ele também bate e me preocupou que já duas vezes ele foi na gaveta e pegou a faca pra correr atrás dela.”* *“Eu preciso trabalhar, é necessidade minha, deles também, e eles tem que entender... Eu com 8 anos cuidava da minha irmã... com 8 anos eu tinha uma responsabilidade que nossa!”*

Em uma sessão anterior, a equipe havia dado algumas orientações para Bernadete com objetivo de proteger os filhos, sendo uma delas a de colocar proteção nas janelas, mas ela não providenciou: *“Não coloquei proteção na janela, mas conversei com ele”*. Em outros momentos ela já tinha dado respostas como:

“Eu sento pra conversar, nem a Maria..., nem eles querem...”;

“Por mais que eu converse não ta tendo resultado”.

Essas falas ilustram como a mãe apelava para o lado racional dos filhos, tratando-os como adultos, conversando, esperando responsabilidade deles, mas não sendo efetiva para contê-los e não colocando limites adequados.

Quando, diante dessa situação, uma das terapeutas afirmou que: “*eles são duas crianças tendo que se comportar como adultos e deve ser muito difícil porque eles não são adultos ainda*”, Luís respondeu: “*A Maria é?*”.

A situação vivida por essa mãe com os filhos mostra diversas dificuldades decorrentes do processo de separação e da necessidade de formar uma família de progenitor solteiro, conforme mencionadas por Brown (1995). Um dos principais problemas enfrentados, segundo a autora, era exatamente uma das principais dificuldades de Bernadete, a de assumir a paternidade efetivamente e de educar e disciplinar os filhos. Gottman e DeClaire (2001) também abordam essa situação, colocando como é difícil que os pais que estão passando por uma fase estressante consigam acolher, apoiar e também impor limites aos filhos.

Nessa situação que estava vivendo, Bernadete poderia ser vista como uma mãe “com a cabeça fora do lugar”, conforme aponta Hetherington (1992, citado por Gottman & DeClaire, 2001), mostrando-se incapaz de comunicar-se adequadamente com os filhos e lhes dar apoio.

Além de não conseguir estabelecer limites para os filhos, Bernadete esperava que agissem como adultos, e que assumissem responsabilidades que ela própria assumia quando criança. Isso favorece a situação mencionada por Fedullo (2001), na qual a hierarquia se perde e os filhos acabam abandonados como filhos, podendo ocupar uma posição parental. Fica evidente o abandono dos dois pela impossibilidade de cuidado da mãe e os riscos que isso gera. Por outro lado, Maria assume uma função parental, tendo que cuidar do irmão e sendo reconhecida como adulta por ele, quando, na verdade, é também uma criança desamparada.

Bernadete não conseguia enfrentar as dificuldades de maneira adequada o que ocorre, segundo Ahrons (1994), pelo fato de que acabar um casamento é a decisão mais traumática que se pode tomar e nessa ocasião as maneiras habituais de enfrentar as dificuldades provavelmente não funcionarão.

De acordo com Brown (1995) é comum que aconteça nessa fase o mesmo que ocorreu com Bernadete, das mães procurarem tratamento por dificuldades com seus filhos. Segundo a compreensão dessa autora, Bernadete, mesmo passados mais de dois anos da separação, ainda vivia a fase das *conseqüências*, não tendo conseguido passar para a fase do *realinhamento*, saindo da crise para uma outra transição.

Por outro lado, a agressividade apresentada pelas crianças, especialmente pelo menino, caracteriza-se como um sintoma comum influenciado pela existência de conflitos conjugais e estresse familiar. Comportamento anti-social e agressivo, dificuldade de regular as emoções e de concentração são apontados por Gottman e DeClaire (2001) como influenciados por alguns tipos de conflitos conjugais e são condizentes com o quadro apresentado por Luís.

Considerando as afirmações de Dessen e Braz (2005) de que as relações conjugais satisfatórias são fontes de apoio que favorecem relações parentais de boa qualidade e, conseqüentemente, um desenvolvimento infantil bem ajustado, é possível compreender que a ausência de apoio conjugal era um fator negativo no desempenho parental de Bernadete.

A partir dessa sessão as terapeutas enfatizaram que o pai também era responsável pelos filhos e agendaram sessões com ele, mas Cláudio não compareceu.

Chamar o pai foi uma nova tentativa da equipe terapêutica baseada na idéia de se manter a função da família após o divórcio, de acordo com Ahrons (1994), de atender às necessidades de todos baseados no interesse das crianças. Para tanto, os pais precisariam criar uma estrutura tão aceitável quanto possível, na qual os dois deveriam atender as necessidades físicas, econômicas e emocionais das crianças, formando uma parceira cooperativa o suficiente para manter os laços de relação familiar.

A dificuldade enfrentada por esse casal é compreendida por Ahrons (1994) como um desafio comum, pois mesmo pensando no interesse dos filhos é muito difícil separar-se como cônjuges ao mesmo tempo em que mantêm um relacionamento como pais.

Sessão em que os filhos tentam resolver o problema pela mãe

Nessa sessão, com a mãe e os filhos, foi possível perceber que a situação entre Bernadete e Cláudio continuava confusa. Bernadete continuava afirmando que ele vivia em sua casa, que ele não seguia as regras e Maria repetia o discurso da mãe:

Bernadete: “- *É difícil. Ele só nos procura quando ta de mau humor e sem dinheiro, né Maria?!*”;

Maria: “- *A gente já fez a nossa parte, a gente já colocou o que tem que fazer... Falta ele aplicar a regra na real (...). A gente escolheu assim e vai ser assim. Mas muita coisa mudou, a gente tirou a chave da garagem, o controle... o que falta é ele próprio praticar o que a gente colocou?*”.

Ficou evidente que os filhos estavam fazendo o que a mãe não conseguia, assumindo a tarefa de expulsar o pai. Luís inclusive chegou a apanhar do pai um dia por tentar impedi-lo de entrar na casa deles, conforme mostra o diálogo a seguir:

Bernadete: “- *Filho, conta o que teve a semana passada o outro dia que tu fosse abrir a porta e mandasse ele embora, conta o que que aconteceu...*”

Luís: “*Uma vez ele chegou de noite, daí eu abri a porta e fechei na cara dele, fechei... Agora tu vai dormir aí na rua, pode chutar a porta que essa porta não vai arrombar. Falei bem na cara dele!*”

Bernadete: “*Daí o que que ele fez, ele disse que ia arrombar a porta, né, e entrou, e o que que ele fez?*”

Filho: “*Daí ele me bateu...*”

Terapeuta (para Bernadete): “*Porque essa é uma posição que não é pra ele estar! (...) Ele fez o que tu deverias ter feito?*”.

Assim, novamente tentou-se trabalhar com Bernadete sua responsabilidade na situação, questionando-a e tentando ajudá-la a pensar em como colocar limites para Cláudio sem envolver as crianças.

Aqui fica novamente evidente a situação de triangulação na qual os filhos se encontram, envolvidos nos problemas dos pais. Nessa família ocorre o que é relatado por Fedullo (2001), quando o divórcio se caracteriza por uma ruptura, o ciclo vital da família fica perturbado e ocorre mistura de fronteiras entre pais e filhos. Nessa situação a hierarquia se perde e os filhos acabam abandonados como filhos, podendo ocupar uma posição parental, sendo pais dos próprios pais ou dos irmãos. É isso que ocorre com Maria, que além de ser responsável pelo irmão, conforme anteriormente exemplificado, acaba sendo mãe da própria mãe e assumindo a função de resolver por ela o problema com o pai.

Luís, por outro lado, também está triangulado e, conforme ilustra Ahrons (1994), funciona como um transistor de baixa potência submetido a cargas de alta voltagem descarregadas pelo conflito dos pais. Segundo a autora, nessas situações, “a criança queima”, como aconteceu com Luís, que apanhou do pai ao tentar proteger e agir pela mãe, não sendo protegido por ela. Quando as crianças ficam trianguladas na raiva dos pais e são envolvidas em conflitos de lealdade isso traz muito sofrimento, conforme essa situação exemplifica.

Evidencia então novamente o quanto a influência do conflito conjugal pode favorecer o desenvolvimento de sintomas nos filhos pois, segundo Wallerstein e Kelly (1980, citados por Peck & Manocherian, 1995), quando os filhos são envolvidos em conflitos de lealdade correm riscos em termos psicológicos e podem apresentar desde dificuldades escolares e comportamento problemático com amigos até sintomas somáticos. Os autores mencionam ainda que alguns podem assumir papéis parentais e passar a ter responsabilidades adultas que são emocionalmente prejudiciais.

Nessa sessão ainda, Bernadete falou sobre a audiência judicial que tiveram para definir as questões legais da separação e sustento dos filhos, comentando que nada foi decidido e que a juíza deu um prazo para que o casal tentasse se reconciliar. As terapeutas comentaram que a indefinição que os dois estão vivendo deve ter se repetido na audiência da mesma forma que acontece na terapia e no dia a dia deles, mostrando a confusão.

Essa situação de dificuldade de definição da separação no plano legal, é abordada por diversos autores como Ahrons (1994), Kaslow e Schwartz (1995), Vainer (1999) e Bernard et al. (2002), que afirmam que a manutenção do conflito conjugal no plano jurídico evidencia um esforço dos cônjuges para manter o vínculo, para atacar ou segurar um ao outro, mesmo que a ligação tenha assumido conotações negativas.

Embora, segundo Ahrons (1994), o divórcio legal seja uma experiência nova, indesejada e muito complicada para a maioria das pessoas, os envolvidos podem assumir o controle da situação

cercando-se de auxílio e das informações necessárias para administrá-lo de forma a minimizar os impactos negativos pra todos.

Quando uma das terapeutas perguntou a Bernadete o que seria possível fazer para que não acontecesse a mesma coisa na próxima audiência, Maria respondeu por ela: *“Ser objetiva... Pena que eu não posso ir se não eu ia quebrar o barraco lá?”*.

A equipe chamou as crianças para ficarem na sala de observação, atrás do espelho, até o final da sessão, com o objetivo de separá-las da confusão e mostrar que tinham que ficar separados dos problemas dos pais, enfatizando que esses problemas não eram responsabilidade deles.

Nesse momento Bernadete pediu ajuda para as terapeutas, dizendo que não queria mais essa situação, se emocionou, falou do medo de criar os filhos sozinha. As terapeutas tentaram acolher e mostrar a importância dela assumir a casa como sua e definir a situação.

De acordo com Brown (1995), todas as famílias com progenitor sozinho enfrentam problemas para estabelecer-se como uma unidade viável, especialmente no caso das mulheres que não trabalhavam antes. Entretanto, elas precisam criar novas maneiras de satisfazer as necessidades emocionais e financeiras dos filhos sem copiar o modelo existente na família anterior de dois progenitores.

No final da sessão Maria comentou: *“Eu acho que essa foi a reunião que mais rendeu, né?! Por incrível que pareça...”* e na saída falou que da próxima vez com certeza ia ter muita mudança.

Sessão da bola de cristal

Essa foi uma sessão realizada apenas com as crianças, que teve um caráter bastante lúdico e na qual elas brincaram de ver o futuro em uma bola de cristal de brinquedo.

Luís se viu, no futuro, com 31 anos, casado, com um filho de 10 anos e trabalhando em um hotel. Quando perguntado sobre seus pais no futuro, respondeu: *“Estão juntos e bem felizes?”*; *“Meu pai vendeu a casa, ficou morando lá no apartamento, pagou as dívidas...”*.

Maria se viu fazendo faculdade de administração, morando com uma amiga, depois casada, administrando uma empresa, mãe de uma filha. Seu marido era rico e empresário, tinha carro importado e gostava das mesmas coisas que ela. Sobre o futuro dos pais, comentou: *“Minha mãe tem um carro importado, tá casada de novo, com outra pessoa (...) tem uma empresa dela já, bem grande, uma multinacional só dela”*; *“Meu pai... meu pai ficou sozinho”*.

As terapeutas assinalaram que, mesmo com histórias e finais diferentes, todos podiam acabar sendo felizes, independente do rumo que a história dos pais pudesse tomar.

Em um momento dessa sessão, Luís mostrou que a confusão entre os pais continuava, dizendo: *“mas ta voltando tudo de volta, meu pai ta voltando pra casa”*.

Essa sessão, além de evidenciar as expectativas das crianças a respeito da situação familiar, contribuiu para separar as crianças do problema dos pais e fortalecer a fratria. Sessões com os subsistemas separados são indicadas por Tilmans-Ostyn (2000b) e Andolfi (1996) como alternativa para atingir fins específicos no processo terapêutico.

Foi possível perceber também a riqueza do jogo, do lúdico no processo terapêutico que, como aponta Andolfi (1996) pode facilitar a entrada do terapeuta no sistema familiar, ser usado como meio de obter informações ou servir como modalidade reestruturante, tendo função terapêutica.

Após essa sessão, a terapia foi se encaminhando para o encerramento e foram realizadas mais quatro sessões, incluindo uma tentativa de chamar uma amiga de Bernadete, como fonte de apoio social, que não compareceu. A seguir, seguem alguns trechos das duas últimas sessões.

Penúltima sessão: aquela em que Maria está tratando da reconciliação dos pais

Bernadete chegou dizendo que Luís tinha passado por uma mudança grande, que estava mais calmo, mais amigo da Maria, mais paciente e as terapeutas colocaram que isso parecia se um sinal de que tudo na família estava mais tranqüilo.

Bernadete, após a separação, tinha ido trabalhar na casa de uma amiga, como ela definia, como empregada doméstica, apesar de não usar esse termo. Durante os períodos de verão ela ia trabalhar em uma pousada dessa família, na praia. A relação com a amiga, que a princípio parecia ser uma boa fonte de apoio social, mostrou-se depois ser uma relação complicada, na qual não havia reconhecimento do esforço de Bernadete e onde a suposta amizade era usada para mantê-la numa posição inferior e dificultava a reivindicação de alguns direitos, como um salário fixo, carteira de trabalho assinada, etc.

Nessa sessão, após ter ensaiado algumas tentativas de reivindicar seus direitos, Bernadete contou que decidiu sair da pousada após ter sido agredida pelo filho da amiga/patroa. Os filhos não queriam que ela voltasse a trabalhar lá porque ela era muito humilhada.

Maria contou sobre o pai ter comprado um carro novo e de como ela ajudou nas negociações denominando-se a secretária do pai. Ela falava com orgulho, mostrando forte identificação com o pai.

A conversa mostrou que Bernadete e Cláudio estavam considerando uma reconciliação, apesar de não terem conversado abertamente sobre a situação. Bernadete contou que as coisas estavam bem do jeito que estavam, que os dois não estavam brigando, que ele tinha pedido pra voltar e que ela disse que primeiro tinha que ter mudança na vida dele. Cláudio estava apoiando Bernadete e se mostrando preocupado pela situação que aconteceu na pousada.

Bernadete falou sobre a idéia de Cláudio de venderem o apartamento dela para comprarem uma casa maior e morarem todos juntos.

Falou-se sobre o encerramento da terapia e sugestão de que Bernadete continuasse em terapia individual. Foi agendada a sessão de encerramento.

A sessão de encerramento

Como sessão de encerramento, as terapeutas pediram que cada membro da família avaliasse como tinha sido a experiência da terapia.

Bernadete avaliou positivamente, dizendo que aprendeu bastante, que se sentia mais segura, sentia que havia mudado, mas reconheceu que ainda tem muito que avançar:

“Pra mim foi muito bom... em muitos aspectos me deu mais segurança, muito bloqueio que eu tinha na minha vida eu acho que eu tive... muitas coisas eu acho que eu aprendi bastante, né, e eu sei que eu tenho que avançar, que depende de mim, né, e eu acho que foi muito gratificante pra mim, acho não, tenho certeza, foi gratificante em muitos pontos, eu sinto em mim que eu mudei bastante” (Bernadete).

“Naquela fase a minha maior preocupação era o Luís (...) tudo que era problema, mas agora eu vejo que ele precisa de ajuda, que eu tenho que ser forte, tenho que mostrar segurança pra ele e mostrar que muitas coisas não é assim como ele quer também e fazer ele entender que não é assim (...) e ele tem mudado bastante (...), lógico que eu também mudei muito do lado dele, pra ele, né, mas eu tenho visto grande mudança na vida do Luís. (...)É que, assim, todo mundo tava irritado então eu acho assim que ninguém se suportava, acho não, tenho certeza, ninguém tava se suportando lá em casa, eu errei e a consequência que eu errei eu passei pra eles sem querer” (Bernadete).

Maria também disse que aprendeu muito e que tinha sido bom ter um espaço pra expor as coisas que aconteciam em casa e falou de suas mudanças pessoais (ter colocado aparelho, lente de contato). Durante a fala de Maria, Luís disse que antes era só briga em casa e que agora não era mais.

Eles falaram também sobre as expectativas para a nova fase, após o término da terapia. Bernadete falou de suas expectativas sobre o relacionamento com Cláudio mas se mostrou mais segura e mais voltada para si mesma.

Luís não falou muito na sessão, em um certo momento foi para o banheiro, derrubou os lápis, se irritou e ficou riscando um papel com muita força. Ele tinha dito que não queria que acabasse a terapia. Terapeutas e equipe entenderam o comportamento dele como manifestação do desejo de que a terapia continuasse e estimularam a mãe a ajudá-lo a falar sobre isso. Quando uma das terapeutas perguntou a Bernadete de que forma ela poderia lidar com ele naquele momento, ela respondeu:

Bernadete: *“– Se eu perguntar ele fica mais irritado, eu já tentei...”*;

Luís: *“– Pode perguntar”*

Bernadete: *“– Posso? Ta... Tu quer continuar a terapia aqui, com as tias?”*

Luís responde que sim com a cabeça.

Bernadete: *“– Por quê?”*

Luís: “–*Porque aqui é legal*”

Bernadete: “– *E por que tu quer continuar vindo aqui, tua acha que tem problema ainda?*”

Luís: “– *Não mas eu gosto de vim aqui?*”.

As terapeutas mostraram o quanto Bernadete conseguiu ajudar o filho, ajudando-o a expressar o que sente, ajudando a nomear os sentimentos e falando por ele dizendo que era isso que ela precisava fazer. Com relação a Luís, as terapeutas compreenderam sua tristeza e propuseram alguma forma dele poder lembrar e manter contato caso tivesse vontade, e ele pegou um papel e anotou os nomes e telefones de cada uma.

No fim da sessão as terapeutas falaram sobre a evolução da terapia lembrando da primeira sessão, quando todos tinham se apresentado em relação ao Luís, lembrando que todos vieram por causa do Luís, mas que se viu que não era só ele que precisava de ajuda. Todos riram da situação e Bernadete comentou que nem lembrava que tinha sido assim.

Faz-se o fechamento, com encaminhamento de Bernadete para uma terapeuta individual e a despedida.

Avaliando o processo terapêutico: resultados e mudanças

Depois de encerrado o processo terapêutico, a equipe avaliou os resultados e mudanças alcançadas, acreditando que a família se beneficiou da terapia, em especial as crianças, com destaque ainda para o filho que estava na situação de paciente identificado.

Um dos benefícios alcançados foi a compreensão, pela família, do sintoma como relacionado à situação familiar. A partir daí, o filho conseguiu espaço para mostrar suas qualidades e pode apresentar melhora em seu comportamento.

Algumas mudanças foram alcançadas no que se refere à definição de fronteiras familiares, sendo um exemplo a saída da avó paterna da casa da ex-nora. As fronteiras entre os subsistemas, dos pais e dos filhos foi fortalecida na medida em que as crianças puderam se separar um pouco da situação do casal. Com isso houve também fortalecimento da fratria.

No decorrer do processo foi possível observar também algumas mudanças nas práticas educativas praticadas pela mãe e a potencialização de sua capacidade de acolher e dar afeto aos filhos.

Bernadete alcançou algumas mudanças na vida profissional, desenvolvendo novas iniciativas e demonstrando menos submissão mostrando-se capaz de reconhecer suas dificuldades de mudança, o que abriu espaço para o encaminhamento para a terapia individual.

Por outro lado, houve uma compreensão do padrão familiar e aceitação da escolha pessoal que estava encaminhando o casal para uma possível reconciliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, que procurou evidenciar a influência do conflito conjugal sobre os filhos por meio da ilustração de um caso clínico atendido pela autora, constituiu-se em um desafio de integrar a teoria à prática, e integrar pesquisa e intervenção clínica.

Tanto a revisão teórica, incluindo leituras sobre a prática clínica e sobre resultados de pesquisas, quanto a tentativa de compreensão clínica de um processo terapêutico, fornecem apenas alguns aspectos, recortes de um dado tema que não pode ser esgotado.

Esse estudo conseguiu ilustrar alguns aspectos que mostram como o conflito conjugal ultrapassa barreiras e atinge os filhos, trazendo exemplos condizentes com o que está relatado na literatura e fundamentando a compreensão de que um sintoma apresentado por uma criança pode ser reflexo das relações familiares nas quais ela está inserida.

Nesse caso, foi possível observar que a influência da situação conjugal nos filhos se evidencia através das triangulações, ou seja, do envolvimento das crianças nas brigas de poder e na confusão dos pais. Tais triangulações, por sua vez, manifestam-se nos comportamentos mais diversos, sejam estes sintomáticos ou através da inversão de papéis e de hierarquia.

Cabe salientar que, embora alguns dados apresentados na literatura tenham sido condizentes com o que fora observado no trabalho com essa família, os recortes realizados não tiveram a pretensão de comprovar ou refutar teorias mas, apenas, de ilustrar o tema de estudo proposto.

Com base no caso estudado, foi possível reconhecer benefícios do processo terapêutico da família incluindo as crianças e compreender algumas particularidades da participação delas na terapia. Foi extremamente gratificante avaliar a riqueza proporcionada pela flexibilidade no processo terapêutico e os benefícios trazidos, por exemplo, pelo uso de aspectos lúdicos.

Considerando o processo vivenciado pela família, foi importante poder avaliar os benefícios alcançados com a terapia compreendendo as mudanças como reflexos dos recursos do sistema e das possibilidades pessoais de cada membro família, ainda que as mudanças alcançadas não foram aquelas desejadas pela equipe terapêutica.

A exclusão do sintoma apresentado pela criança, o reconhecimento, pela família, de que o problema estava relacionado à situação familiar e a separação das crianças da situação do casal foram os principais benefícios alcançados pelo processo terapêutico.

As principais dificuldades foram a de lidar com o casal em situação de colusão, envolver o pai na terapia e trabalhar a história de vida e as questões intergeracionais da família.

Por outro lado, o trabalho com essa família trouxe muitos aprendizados, incluindo a compreensão de que trabalhar com famílias é também trabalhar com pessoas, com indivíduos. Outro aprendizado foi sobre a importância da flexibilidade no planejamento do processo terapêutico

e ao lidar com o inesperado, além da necessidade de cuidado e atenção para não entrar no jogo da família. Ficou evidente também a importância da equipe terapêutica e da supervisão. Por fim, foi possível aprender a magia de se trabalhar com crianças, que traz a necessidade de incluir o lúdico e dar voz a elas nas sessões, e a gratificação de vê-las aproveitar o processo terapêutico e crescer.

Este estudo alcançou os objetivos a que se propôs, ao compreender e ilustrar influência do conflito conjugal sobre os filhos e abordar os benefícios da terapia familiar com crianças. Entretanto, considerando a complexidade da temática e amplitude dos aspectos abordados, haveria necessidade de maior aprofundamento e ampliação do estudo.

De qualquer forma, espera-se que esse trabalho contribua com a elucidação de alguns aspectos relacionados ao tema proposto e que estimule colegas da área em outros estudos e leituras dessa problemática tão comum no âmbito da terapia familiar.

Acreditamos ter conseguido apresentar uma intersecção e discutir diversos fatores importantes para a compreensão da dinâmica familiar e conjugal no processo de separação, influência nos filhos e benefícios e recursos da terapia familiar com crianças, mas esses são vários temas complexos que exigem maior aprofundamento e estudo, além de uma compreensão direcionada para cada diferente situação familiar encontrada. Espera-se que os olhares aqui apresentados sirvam de estímulo aos profissionais da área para aventurar-se na busca de novas compreensões e leituras e desenvolvimento de novos trabalhos fundamentados em temas semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahrons, C. R. (1994). **O bom divórcio**: como manter a família unida quando o casamento termina. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Andolfi, M. D. (1996). As crianças e o jogo na terapia familiar. In: **A terapia familiar: um enfoque interacional**. Campinas: Workshopsy.
- Bernard, R., Francini, G., Mazzei, D., & Pappalardo, L. (2002). Quando o casamento acaba a família pode continuar? Intervenções psicojurídicas na crise e no rompimento do casal. In: Andolfi, M. (org.). **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Brown, F. H. (1995). A família pós-divórcio. In: Carter, B. & McGoldrick, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2a ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2a ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cigoli, V. (2002). O rompimento do pacto: tipologia do divórcio e rituais de passagem. In: Andolfi, M. (org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In: Dessen, M. A. & Costa Jr., A. L. **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed.
- Fedullo, S. (2001) Os filhos do divórcio. In: Castilho, T. (org.). **Temas em Terapia Familiar**. 2a ed. São Paulo: Summus.
- Ferraris, A. O. (2002) Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas: identidade e história familiar. In: Andolfi, M. (org.). **A crise do casal**: uma perspectiva sistêmico-relacional. Porto Alegre: Artmed.
- Gottman, J.; DeClaire, J. (2001). Casamento, divórcio e a saúde emocional de seu filho. In: **Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos**: como aplicar os conceitos revolucionários da inteligência emocional para a compreensão da relação entre pais e filhos. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kaslow, F. W. & Schwartz, L. L. (1995). **As dinâmicas do divórcio**: uma perspectiva de ciclo vital. Campinas: Editorial Psy.
- Nazareth, E. R. (2004) Família e divórcio. In: Cervený, C. M. O. (org.). **Família e -**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peck, J. S. & Manocherian, J. R. (1995). O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: Carter, B. & McGoldrick, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2a ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Tilmans-Ostyn, E. (2000a). A procura do terapeuta: da queixa à demanda. In: Tilmans-Ostyn, E. & Meynckens-Fourez, M. **Os recursos da fratria**. Belo Horizonte: Artesã.
- Tilmans-Ostyn, E. (2000b). Quando um dos filhos é o motivo da terapia. In: Tilmans-Ostyn, E. & Meynckens-Fourez, M. **Os recursos da fratria**. Belo Horizonte: Artesã.
- Vainer, R. (1999). **Anatomia de um divórcio interminável**: o litígio como forma de vínculo. São Paulo: Casa do Psicólogo.